

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 05.02.2024

Promover continuamente a construção do *hardware* e *software* da “Cidade de desporto” e da “Cidade de espectáculos”

No Relatório das LAG para 2024, o Governo propõe o impulsionamento do desenvolvimento contínuo e integrado do desporto, do turismo e da cultura, entre outras indústrias, e a construção da “Cidade de espectáculos” e da “Cidade de desporto”. Com a recuperação económica pós-pandemia, foram realizados, em Macau, espectáculos e actividades desportivas de diferentes dimensões, e alguns deles atraíram a participação de mais de 10 mil turistas e residentes. Assim, a sociedade espera que o Governo ajude os sectores a prepararem-se bem, para aumentar a capacidade de atendimento, permitindo aos participantes uma melhor experiência cultural, desportiva e de turismo.

Ao longos dos anos, muitas grandes empresas de lazer procederam ao *upgrade* e à construção de pavilhões de grande envergadura, portando, o *hardware* de Macau tem certa competitividade. Este ano, vão realizar-se cerca de 1500 convenções, exposições e espectáculos, portanto, a procura aumenta. Segundo o sector, vários pavilhões de grande dimensão já foram reservados para vários períodos, e Macau tem de desenvolver activamente projectos de turismo e diversão, organizar periodicamente espectáculos e introduzir espectáculos de nível internacional, por isso, os pavilhões e instalações precisam de um *upgrade* contínuo. Por exemplo, no ano passado, o Instituto Cultural convidou o músico internacional Joe Hisaishi para um concerto com a Orquestra de Macau, e as 3 sessões atraíram 68 mil pessoas que se inscreveram no sorteio de bilhetes; e como o local do concerto só conseguia acolher um reduzido número de espectadores, muitos não conseguiram bilhetes e ficaram desapontados.

Muitos recintos para espectáculos não têm grande capacidade, portanto, é difícil acolher mais residentes e turistas, e as equipas organizadoras de muitos espectáculos internacionais e eventos desportivos e as estrelas internacionais impõem exigências em relação à capacidade dos recintos de espectáculos e desportivos e ao nível dos equipamentos e da gestão dos projectos. Mais, devido aos elevados custos de produção, seleccionam com rigor as regiões para a realização dos espectáculos. Se Macau quer continuar a organizar espectáculos de entretenimento de alta qualidade e projectos culturais e desportivos de nível internacional, as autoridades têm de aperfeiçoar o planeamento dos recintos de espectáculos, de actualizar os equipamentos, de elevar o nível da gestão e manutenção, etc., podem, por exemplo, estudar a utilização do Macau Dome e dos terrenos desaproveitados nas suas imediações para a realização de mais actividades culturais e desportivas.

Além disso, devem reforçar, continuamente, a capacidade de recepção e os serviços. Quase todas as semanas há concertos e outras actividades que se concentram na zona do Cotai, onde há grandes resorts, por isso, a procura de

transportes por parte dos turistas aumenta significativamente. Aumenta-se a frequência dos autocarros públicos, mas nem sempre se consegue satisfazer a grande concentração de pessoas e é difícil satisfazer as necessidades dos residentes. Sugiro então o seguinte: as autoridades devem reforçar a comunicação com as entidades organizadoras das actividades, organizar melhor as medidas de trânsito e disponibilizar veículos especiais para desviar o fluxo de pessoas; e devem ainda aperfeiçoar as instalações pedonais e as indicações entre as estações do metro ligeiro e os grandes hotéis do Cotai, e otimizar os serviços do metro ligeiro, para se alcançar o objectivo de o metro ligeiro desempenhar o papel principal.

Quanto aos ensaios dos espectáculos ao ar livre, à organização do trânsito e à gestão do fluxo de pessoas, o Governo deve continuar a rever a experiência das actividades anteriores e otimizar a coordenação, para reduzir, na medida do possível, os impactos na vida dos residentes e elevar a capacidade de acolhimento de Macau, em prol da realização de mais competições desportivas e actividades artísticas de grande envergadura. Até Dezembro de 2023, havia 46 600 quartos, representando um aumento de 23,5 por cento face ao período homólogo do ano passado. Porém, os quartos de hotel continuam a ser bastante caros para muito turistas, por isso, espera-se que as autoridades apoiem o sector na exploração de mais hotéis económicos e assegurem a fiscalização.

Numa perspectiva de longo prazo, o Governo deve continuar a formar equipas locais para as áreas das convenções e exposições, espectáculos culturais e grandes eventos desportivos e, através da colaboração com os sectores e as associações, deve lançar planos de formação e políticas de incentivo à contratação de trabalhadores locais, formar quadros nas áreas do planeamento de projectos, gestão e execução, e quadros técnico-profissionais nas áreas da montagem de palcos, iluminação e som, aplicações multimédia, etc., e criar uma base de dados, para promover a participação e o apoio da população na construção da “cidade do espectáculo” e da “cidade do desporto” e no desenvolvimento do turismo.

IAOD do Deputado Ma Chi Seng em 05.02.2024

Criar um excelente ambiente de negócios em Macau

Com o forte apoio do Governo Central, o Governo da RAEM adoptou várias medidas para promover a recuperação económica. Um ano depois da situação social voltar ao normal após a epidemia, os dados da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos são encorajadores: nos três primeiros trimestres do ano passado, o PIB cresceu 77,7 por cento em termos anuais; só no terceiro trimestre, aumentou 1,16 vezes; o número de visitantes anual atingiu 28,23 milhões, um aumento de 4 vezes em comparação com o ano anterior, e uma recuperação de 70% do nível pré-pandemia; e no quarto trimestre, a taxa de desemprego foi de apenas 2,3% e a taxa de subemprego de apenas 1,4%, representando ambas reduções em relação ao trimestre anterior. Estes resultados relativamente fortes da recuperação económica reflectem ainda duas situações: primeiro, Macau tem o apoio do Governo Central, e com os esforços contínuos do Governo e da sociedade, conseguiu bons resultados, o que reforçou a confiança de todos; segundo, a base económica de Macau ainda é boa, não foi derrotada durante os vários anos de epidemia, e voltou a voar após a epidemia, o que tem reforçado a confiança de que “Macau será melhor no futuro”!

No Relatório das LAG para 2024 e no Plano de Desenvolvimento da Diversificação Adequada da Economia, o Governo também definiu um bom plano para Macau. Gostaria de apontar que, na recente reunião dos trabalhos económicos, o Politburo Central referiu que, no próximo ano, era necessário “persistir no princípio fundamental de procurar o progresso estável”, e salientou a orientação geral de “promoção contínua da elevação eficaz da qualidade económica e crescimento razoável da quantidade económica”, dando-nos assim instruções. Para promover o aumento eficaz e o crescimento da economia ao nível quantitativo e da qualidade, é necessário aproveitar bem o ambiente comercial e optimizá-lo constantemente. Concordo com a determinação do Governo em promover o melhoramento do ambiente comercial.

Macau tem recursos culturais e históricos de qualidade e como cartões-de visita o "Centro Histórico" e a "Cidade Gastronómica", e, entretanto, a “Cidade de Espectáculos” e a “Cidade Desportiva” em construção também apresentam características próprias. São cada vez mais os concertos realizados na *Strip* do Cotai e, segundo os dados do IPIM, no ano passado, foram realizadas mais de mil convenções e exposições, atingindo a meta prevista pelo Governo. A meu ver, deve aproveitar-se a oportunidade da recuperação económica para acelerar o aperfeiçoamento do ambiente de negócios. Assim sendo, sugiro o seguinte:

1. Na exploração de negócios, dar prioridade aos quadros qualificados. No âmbito, por exemplo, da gastronomia, culinária, espectáculos, convenções e exposições, o número e a qualidade de quadros qualificados determinam o nível

dos serviços que são prestados aos turistas, daí a necessidade de definir planos para formar quadros qualificados consoante as necessidades reais.

2. Após a definição dos referidos planos, há que desenvolver mais trabalhos, incluindo a revitalização dos bairros antigos, a atracção de turistas para diversas zonas, a promoção das lojas recomendadas pelas celebridades na Internet, a aceleração da integração na Grande Baía e o impulsionamento da cooperação com a Zona de Cooperação Aprofundada. Há ainda que desenvolver as funções das diversas associações, incluindo as comerciais, para que estas ajudem o Governo a implementar melhor as políticas respectivas.

Quanto ao desenvolvimento futuro, espero que o Governo e a população criem, em conjunto, um ambiente de negócios de qualidade, promovam, de forma empenhada, a diversificação adequada da economia, e, ainda, que todos os residentes olhem para o futuro e confiem mais no futuro desenvolvimento de Macau.

IAOD do Deputado Lei Chan U em 05.02.2024

Há que prestar atenção à pressão sobre os professores, dar importância ao investimento na educação e promover a prosperidade de Macau através da mesma

A educação é essencial para um plano a cem anos. Os professores são a base e a fonte da educação, sendo os guias e mentores para o crescimento saudável e o sucesso dos alunos. Com o rápido desenvolvimento socioeconómico, os professores não só têm de fazer face a exigências e expectativas pedagógicas cada vez mais elevadas, como também assumem um grande número de tarefas não docentes. Por exemplo, a necessidade de cuidar da saúde mental e da estabilidade emocional dos alunos, o aumento da carga de trabalho administrativo em resposta ao reforço da fiscalização dos recursos escolares por parte do Governo, etc. resultaram no aumento da pressão de trabalho dos docentes. Por isso, não nos podemos limitar a recorrer às horas semanais de aulas como critério de avaliação da carga de trabalho e da pressão de trabalho dos professores, mas, sim, proceder a uma análise de uma forma mais abrangente e racional.

Tendo em conta que o sistema vigente não protege plenamente os direitos e interesses dos professores, gostaria de apresentar as quatro sugestões seguintes:

1. Nos últimos anos, o Governo reforçou a apreciação das candidaturas ao Fundo Educativo para garantir a utilização racional dos dinheiros públicos. As escolas e os professores manifestaram a sua compreensão, mas a complexidade dos trâmites de apreciação aumentou significativamente a carga de trabalho das escolas e dos professores, chegando mesmo a dissuadi-los de se candidatarem ao Fundo. Espero que as autoridades reforcem a comunicação com as escolas e os professores, melhorem continuamente os trâmites de apreciação das candidaturas ao Fundo, aperfeiçoem o sistema do ponto de vista dos utilizadores e reforcem a fiscalização dos dinheiros públicos, ao mesmo tempo que se tira o máximo partido do efeito positivo do Fundo Educativo na promoção do desenvolvimento global dos estudantes.

2. A remuneração dos docentes das escolas aderentes à escolaridade gratuita é composta pelo subsídio por turma e pelo subsídio para o desenvolvimento profissional. Segundo o relatório das LAG para este ano, o último vai ser aumentado, mas a respectiva indicação não foi clara, o que causou um mal-entendido na sociedade sobre esse aumento salarial, afectando a imagem dos docentes. De facto, o aumento do subsídio para o desenvolvimento profissional dos docentes varia apenas entre 90 e 302 patacas por mês, representando de 2,6 a 3 por cento, o que está muito aquém do que pensa a sociedade. Espero que o Governo possa exprimir claramente o aumento dos subsídios, para evitar mal-entendidos na sociedade, rever oportunamente o “Quadro geral”, estudar os mecanismos salariais, nomeadamente, os de apoio financeiro como o subsídio por

turma, e aperfeiçoar o “regime de dispensa da componente lectiva”, para proteger os direitos e interesses dos docentes e aumentar a qualidade do ensino.

3. Nos últimos anos, a redução contínua da taxa de natalidade tem afectado, de certo modo, a admissão de alunos nas escolas do ensino não superior e o emprego dos docentes. Muitos deles receiam que, se a taxa continuar a diminuir, mesmo com a política de turmas reduzidas, será difícil evitar que as escolas desfavorecidas sofram redução de turmas e despedimentos. Assim, espero que o Governo esteja atento ao impacto da referida redução na admissão de alunos e na estabilidade do emprego dos docentes, etc., tomando medidas de incentivo à natalidade, desenvolvendo a formação de docentes com base no equilíbrio entre o trabalho e a família, aumentando continuamente a sua qualidade e estabilizando a sua equipa.

Quarto, o respeito pelos professores e pelas regras morais é uma característica importante da cultura tradicional da nação chinesa. Com o desenvolvimento da sociedade e a mudança dos tempos, o conceito de respeito pelos professores e pelas regras morais “enfraqueceu”. Sugiro ao Governo que promova o espírito de respeito pelos professores e pelas regras morais, reconheça o contributo que os professores dão à sociedade, para que esta respeite essa profissão, atraindo, conseqüentemente, talentos para a área da educação, a fim de formar talentos de alta qualidade para a sociedade.

Em suma, só com a auscultação das vozes dos professores, o reforço da sua qualidade, a melhoria das suas regalias, a prestação de atenção à saúde deles e à salvaguarda dos seus direitos e interesses, é que os professores podem ter, com tranquilidade, zelo e alegria, felicidade por causa do seu trabalho e sentido de pertença por causa da sua carreira e da “honra” na sociedade. Mais, só com plena confiança neles e o andar de mão dadas com os professores é que será possível concretizar com sucesso os objectivos “prosperidade de Macau através da educação” e “construção de Macau através da formação de talentos”.

IAOD do Deputado Wang Sai Man em 05.02.2024

Facilitar a passagem fronteiriça entre Macau e Hengqin para os estrangeiros

Recentemente, o Governo Central e o Governo da RAEM divulgaram as linhas gerais para a integração Hengqin-Macau, e estão a discutir as medidas da sua implementação. Nas linhas gerais, faz-se menção ao incentivo para as pessoas trabalharem e viverem em Hengqin, tirando proveito da acessibilidade entre Macau e Hengqin, em prol da diversificação adequada da economia de Macau.

Macau goza dos privilégios consagrados pela Política “Um País, Dois Sistemas”, faz parte da Grande Baía, tem alto nível de internacionalização, e é um local de residência pretendido por muitos estrangeiros de origem chinesa e quadros altamente qualificados, que são justamente os recursos humanos que fazem falta para a diversificação económica “1+4” Hengqin-Macau. Nesta era em que todas as regiões estão a lutar para atrair talentos, a sinergia e a cooperação Hengqin-Macau dependem de ideias inovadoras, e há que reforçar a captação de talentos. É esta a questão merecedora de reflexão por parte do Governo, enquanto decisor de medidas de caça-talentos, e um dos factores importantes é a facilitação da passagem fronteiriça.

De facto, a “inspecção fronteiriça integral Hengqin-Macau” é muito conveniente, mas, analisando melhor, de entre os residentes de Macau, só os que possuem o salvo-conduto para a deslocação ao Interior da China para residentes de Hong Kong e de Macau é que gozam desta facilidade, pois os residentes estrangeiros de Macau que cá trabalham só se podem deslocar a Hengqin com passaporte, o que cria uma barreira política que não ajuda realmente a circulação de talentos entre Macau e Hengqin, para além de constituir um obstáculo directo para o efeito sinérgico do desenvolvimento diversificado da economia de Macau e Hengqin.

Em breve, será implementado o modelo de “liberalização na primeira linha e controlo na segunda linha” na Zona de Cooperação Aprofundada. Muitos estrangeiros e cidadãos de nacionalidade chinesa estão atentos à política de passagem fronteiriça conveniente entre Hengqin e Macau. Assim, na definição de políticas, é aconselhável preparar-se para a adversidade e concretizar as medidas “de uma só vez”, não deixando que os inconvenientes do primeiro dia sejam preconceitos, caso contrário, quando no futuro se pretender lançar novas políticas atractivas, será difícil de obter resultados com metade dos esforços.

Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. Se os quadros qualificados já autorizados a trabalhar em Macau quiserem trabalhar e viver em Hengqin, o Governo da RAEM e os serviços competentes do Interior da China devem emitir-lhes um determinado tipo de “salvo-conduto de entrada e saída da Ilha de Hengqin para os residentes estrangeiros de Macau”. Assim, os estrangeiros que preenchem os requisitos podem utilizar esse

documento para atravessar a fronteira entre Macau e a Ilha da Montanha, com a mesma facilidade para todos através do serviço automático de passagem fronteiriça integral. Apenas quando os estrangeiros e os residentes de Macau conseguirem entrar e sair da Ilha da Montanha com a mesma facilidade, é que os quadros qualificados estrangeiros permanecerão em Hengqin ou em Macau, contribuindo para a “cooperação aprofundada”.

2. O Serviço Nacional de Migração implementou, no início deste ano, medidas para facilitar a entrada de estrangeiros na China, incluindo a isenção de visto emitido aquando da chegada, com vista a resolver o problema do congestionamento do trânsito de pessoas que vêm para a China. Macau também deve promover facilidades na emissão de visto para os estrangeiros que atravessam as fronteiras entre a Ilha de Hengqin e Macau, e o ideal seria a emissão imediata de autorizações no momento da entrada, através de salvo-condutos como os referidos. Este tipo de facilidade corresponde exactamente à estratégia de apoio a Macau na atracção de turistas diversificados, porque facilita a deslocação de estrangeiros entre Hengqin e Macau para fins de turismo, negócios, estudo e visitas, sendo também uma condição prévia para o desenvolvimento económico de qualidade de Hengqin a longo prazo.

IAOD do Deputado Ip Sio Kai em 05.02.2024

Promover o desenvolvimento de actividades na Zona de Cooperação Aprofundada por parte dos trabalhadores do sector financeiro de Macau

Este ano celebra-se o 25.º aniversário do retorno à Pátria e é também um momento-chave para os objectivos da primeira fase de construção da Zona de Cooperação Aprofundada em Hengqin, em 2024. No Relatório das LAG para 2024, o Governo afirma, claramente, que um dos principais objectivos do desenvolvimento da RAEM é a conclusão com sucesso da primeira fase da construção da Zona de Cooperação Aprofundada, e a sua integração activa na conjuntura do desenvolvimento nacional. Desde Setembro de 2021, o País tem definido uma série de importantes instrumentos políticos, como o "Projecto Geral de Construção da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin", as "30 Medidas Financeiras da Zona de Cooperação Aprofundada em Hengqin", "Algumas Medidas para a Promoção da Abertura Institucional de Alto Nível Internacional da Zona Piloto de Comércio Livre e de Porto Livre em articulação com o Plano Piloto de Alto Nível Internacional" (Vol.9 do País [2023]), e as "Medidas especiais de acesso ao mercado de Hengqin", anunciadas recentemente. Estas constituem fundamentos importantes para o sector financeiro de Macau se integrar activamente no desenvolvimento nacional, contribuem para a diversificação adequada da economia de Macau e para a reforma e inovação financeira transfronteiriça. Se as referidas políticas forem implementadas na especialidade, o sector financeiro de Macau e de Hengqin poderão desempenhar melhor o seu papel no apoio à diversificação adequada das indústrias de Macau e ao desenvolvimento das quatro novas indústrias de Hengqin. Estas políticas continuam a basear-se em princípios e orientações, mas os operadores do sector têm de ultrapassar as dificuldades reais do mercado, e o primeiro passo para a concretização da integração é o intercâmbio de pessoal do sector financeiro entre Macau e Hengqin.

Os trabalhadores do sector financeiro assumem um papel directo na oferta e prestação de diversos tipos de produtos e serviços financeiros respectivamente, portanto, há que resolver, prioritariamente, a questão do acesso dos profissionais do sector financeiro e do exercício de actividades financeiras na Zona de Cooperação Aprofundada (não ao nível das instituições financeiras), pois trata-se duma condição importante para promover o desenvolvimento integrado de produtos e serviços financeiros de Macau e Hengqin. O "Projecto Geral de Construção de Hengqin" e as "30 regras financeiras de Hengqin" referem expressamente que "é permitido aos profissionais do sector financeiro com qualificações para o exercício da profissão em Macau ou no exterior, prestar serviços na Zona de Cooperação Aprofundada, após o registo e desde que satisfaçam os requisitos de supervisão do sector. As "Medidas especiais de acesso ao mercado de Hengqin" propõem a "optimização das condições de acesso aos serviços profissionais de trabalhadores de Hong Kong e Macau, facilitando o exercício de actividades destes na Zona de Cooperação Aprofundada, melhorando

os produtos e serviços financeiros relacionados com a vida da população de Macau nesta Zona”. Existem muitos casos em que os profissionais de Macau exercem actividades em Hengqin, tais como guias turísticos, arquitectos, contabilistas e auditores, advogados, médicos, etc. Com vista a promover, de forma mais pragmática, o desenvolvimento integrado de Macau e Hengqin, promover, da melhor forma, o desenvolvimento da diversificação adequada da economia, aproveitar, da melhor forma, as políticas concedidas pelo País a Macau e transformá-las em mais variados planos e produtos, para melhor servir a população e a economia real, apresento as seguintes sugestões:

Tratar, prioritariamente, do acesso do pessoal do sector financeiro ao exercício da sua profissão na Zona de Cooperação Aprofundada, a fim de aperfeiçoar os produtos e serviços financeiros para os residentes de Macau que lá se encontram. Em concreto, reforçar a colaboração entre ambas as regiões no âmbito da fiscalização financeira para se alcançar um consenso ou permitir expressamente, através da produção legislativa em Zhuhai ou do lançamento de documentos reguladores pela Comissão Executiva da Zona de Cooperação Aprofundada, entre outros meios, aos bancos, seguradoras e profissionais credenciados de Macau, o exercício de actividades na Zona de Cooperação Aprofundada, uma vez efectuado o devido registo. Quanto à área em que é permitido ao pessoal o exercício da sua profissão, deve ser, prioritariamente, o “Novo Bairro de Macau”, podendo depois a mesma estender-se, uma vez reunidas as respectivas condições, a toda a Zona de Cooperação Aprofundada. Quanto às actividades que o pessoal pode exercer, para além dos serviços financeiros básicos nos bancos e seguradoras, há que lutar pela permissão de exercer actividades financeiras transfronteiriças nas áreas dos seguros, gestão de fortunas, gestão de activos, etc.

IAOD do Deputado Lei Leong Wong em 05.02.2024

Alterar o Regulamento dos incentivos e formação aos desempregados para apoiar os indivíduos de meia-idade e deficientes na procura de emprego

Segundo os dados dos Serviços de Estatística e Censos, a taxa de desemprego dos residentes atingiu 2,9 por cento no quarto trimestre de 2023, menos 0,2 pontos percentuais do que no terceiro trimestre. Com a recuperação do turismo, a situação do emprego em Macau melhorou significativamente em comparação com o período da epidemia, mas, de facto, ainda há muitos residentes que pretendem entrar no mercado de trabalho, mas não conseguem encontrar emprego, devido à idade ou a deficiências físicas.

Tomando como exemplo a situação de emprego das pessoas com idades entre os 45 e os 64 anos, havia 3300 pessoas desempregadas no terceiro trimestre de 2023. Esse número baixou em comparação com o período homólogo da epidemia, mas ainda era alto relativamente ao dos anos anteriores. Isto porque, além do sector da construção civil, cujo trabalho exige mais força física, ou do sector do jogo, cuja procura de mão-de-obra diminuiu significativamente, alguns residentes, mesmo com o ensino superior e experiência profissional, depois de terem perdido o emprego durante a epidemia, não conseguiram arranjar emprego devido à idade. Caso as pessoas não reúnam condições para receber antecipadamente a pensão para idosos, por não completarem 60 anos de idade, a pressão de vida será ainda maior.

Quanto ao apoio ao emprego das pessoas com deficiência, o Governo lançou vários projectos para o efeito, incluindo o apoio financeiro às instituições de serviço social para desenvolverem acções de formação profissional, a realização anual da cerimónia de atribuição de prémios aos melhores empregados deficientes e aos empregadores reconhecedores do talento de pessoas com deficiência, para aumentar a vontade das empresas na contratação de trabalhadores portadores de deficiência, bem com a realização de sessões de colocação profissional para as pessoas com deficiência, para aumentar as suas oportunidades de emprego. Mas, até Agosto do ano passado, dos 58 deficientes que apresentaram pedidos de emprego, apenas 28 foram contratados, ou seja, uma taxa de sucesso inferior a 50 por cento. Para incentivar a integração social dos deficientes, as autoridades criaram o “Programa relativo ao incentivo de emprego de beneficiários da pensão de invalidez” e, desde o seu lançamento em 2018 até Novembro de 2023, apenas 662 participaram, e registou-se uma taxa de emprego acumulada de 53,6 por cento. Assim, mesmo com o apoio de diversas políticas e medidas, as pessoas com deficiência continuam a enfrentar muitas dificuldades para entrar no mercado de trabalho.

Apresento, então, as seguintes três opiniões e sugestões:

1. No passado, o sector do jogo criou muitas oportunidades de emprego para os residentes locais e foram atraídos muitos trabalhadores jovens e de meia-idade para nele ingressarem. Com o ajustamento profundo do sector do jogo, a procura de recursos humanos e as exigências em relação aos serviços também mudaram. Sugiro o seguinte: as autoridades devem aproveitar bem os dados sobre os registos de pedidos de emprego e as vagas nas empresas de lazer, reforçar o investimento de recursos na formação e na colocação profissional, e organizar diversos tipos de formação profissional para os trabalhadores no activo e as pessoas interessadas em ingressar neste sector, para elevar o nível e a capacidade global dos candidatos a emprego e aumentar as oportunidades de serem contratados.

2. A questão do emprego dos portadores de deficiência implica vários factores, por exemplo, poucas opções e dificuldades de deslocação devido às suas condições físicas e valores sociais. Sugiro ao Governo que, tendo em conta as dificuldades que os portadores de deficiência enfrentam no acesso ao emprego, proceda a uma revisão sistemática das diversas vertentes, como a vontade dos empregadores de os contratar, as opções de postos de trabalho, o ambiente de trabalho, as medidas complementares, o apoio financeiro e a formação específica. Mais, o Governo deve criar mais postos de trabalho em casa para os portadores de deficiência que têm dificuldades de deslocação, mas possuem certas habilitações académicas, conhecimentos e capacidades profissionais, proporcionando-lhes iguais oportunidades de emprego.

3. O Regulamento dos Incentivos e Formação aos Desempregados visa ajudar os desempregados, os portadores de deficiência e os jovens à procura do primeiro emprego a terem um emprego, formar os desempregados e conceder subsídios de formação, e, com a sua entrada em vigor há mais de 20 anos, muito do seu conteúdo já não corresponde à realidade de Macau, portanto, solicito ao Governo a sua revisão e alteração, para melhorar o apoio aos referidos grupos.

IAOD dos Deputados Pang Chuan e Kou Kam Fai em 05.02.2024

Cultivar hábitos desportivos e construir uma cidade do desporto

No dia 28 de Janeiro, assinalou-se o “Dia da sensibilização e selecção de talentos das Escolas de Desportivo Juvenil de Macau 2024”. Nos últimos anos, o Governo mostrou-se determinado a descobrir jovens talentosos no desporto, e os serviços responsáveis pelos assuntos do desporto têm aprofundado a colaboração com várias associações desportivas na criação conjunta das Escolas de Desportivo Juvenil de Macau, no lançamento do projecto de apoio financeiro para formação de atletas de elite, etc., no sentido de reforçar a formação de novos talentos para Macau.

A educação física é uma componente importante da educação, como aliás defende o educador Cai Yuanpei, “a educação física é a base da personalidade sã”. Assim sendo, nesta altura em que Macau prossegue a diversificação adequada da sua economia, devemos dar importância ao papel do desporto no fortalecimento do corpo, e também identificar e promover a função educativa do desporto, ou seja, cultivar hábitos desportivos entre os estudantes e jovens locais para melhoria da sua condição física, moldar caracteres e desenvolver espíritos, e melhorar a compreensão dos estudantes e dos jovens sobre as actividades e a indústria desportivas, no sentido de os encorajar a aderir ao desporto. Estes dois aspectos vão gerar um bom efeito de sinergia. Assim, apresentamos as seguintes ideias:

1. Criar hábitos desportivos e promover o desenvolvimento integrado da educação física. O desporto ocupa um lugar importante na educação moral, intelectual, física e artística, e é parte importante do ensino escolar. Esperamos que se reforce a promoção da integração da educação física no ensino primário, secundário e superior através de aulas, que se garantam os respectivos horários e a qualidade das actividades desportivas, e que, tendo em conta as condições locais, se aproveitem melhor os recursos de todas as partes, integrando mais modalidades desportivas favoritas dos jovens. Com o aumento das instalações desportivas nos últimos anos, o Governo deve dar importância à formação de jovens atletas, promover o desporto para todos, abrir, adequadamente, todos os tipos de instalações desportivas, e elevar os conhecimentos e a participação do público no desporto, fazendo do desporto um estilo de vida.

2. Construir uma cidade de desporto e promover o desenvolvimento da indústria desportiva. No Relatório das LAG para 2024, o Governo refere claramente a construção da “Cidade do Desporto”, a divulgação contínua de mais grandes eventos desportivos de alto nível, a criação de eventos

desportivos de marca e com características próprias de Macau, e a promoção do desenvolvimento conjunto das indústrias do desporto, cultura e turismo. A realização de mais eventos desportivos em Macau pode promover o turismo desportivo e impulsionar o desenvolvimento da indústria desportiva, e, ao mesmo tempo, “montar” uma plataforma para as empresas locais, ajudando-as a aproveitar as oportunidades para a diversificação. Olhando para os diversos países e regiões do mundo, a organização de grandes eventos desportivos tornou-se num meio importante para construir a imagem internacional das cidades, por exemplo, as seis maiores maratonas internacionais do mundo têm lugar em Tóquio, Boston, Londres, Berlim, Chicago e Nova Iorque. A capital, Pequim, tem reforçado a sua influência internacional através da organização de eventos desportivos de grande envergadura, tais como os Jogos Asiáticos e os Jogos Olímpicos, e Macau, enquanto centro mundial de turismo e lazer, deve seguir as tendências internacionais, ou seja, organizar eventos desportivos e promover o desenvolvimento da indústria do desporto.

Faço votos para que, no novo ano, todos os sectores continuem a trabalhar em conjunto para aperfeiçoar a gestão dos eventos desportivos e promover a integração profunda entre os eventos culturais e desportivos e o turismo, para os cidadãos poderem contribuir para as competições a nível nacional e internacional organizadas em Macau, fazendo de Macau uma cidade desportiva e abrindo um novo capítulo do desenvolvimento através do dinamismo e da atracção de eventos desportivos.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 01.02.2024

Coordenar bem os trabalhos de construção da cidade de artes performativas e orientar o desenvolvimento das indústrias culturais de Macau

Macau é uma das pontes mais importantes da permuta cultural entre a China e o Ocidente na era moderna e funciona como uma ponte importante para o intercâmbio entre o Ocidente e o Oriente. Assim, o País atribuiu a Macau o posicionamento de “Uma Base”, esperando que Macau desempenhe bem o seu papel de “janela” e aproveite as vantagens para participar no intercâmbio cultural entre o País e o exterior, e “narrar” bem a história quer da China quer de Macau.

No relatório das LAG para este ano, o Governo refere a materialização de “Uma Base”, e a construção de uma cidade cultural e de “artes performativas”, a atracção contínua de concertos de grande envergadura, a realização de espectáculos internacionais e o empenho nos trabalhos de revitalização dos bairros antigos, o que demonstra, clara e plenamente, as características da mistura das culturas oriental e ocidental em Macau, dando um bom início à construção da “cidade de espectáculos”.

De facto, a construção de uma “cidade de espectáculos” é um factor importante para a diversificação adequada da economia, por isso, as políticas, as instalações complementares e os talentos são cruciais para o efeito. Neste momento, há que acelerar a criação de novos espaços e formas de negócio para o consumo cultural, e empenhar-se na concretização da sinergia do “1+N” nas áreas culturais, especialmente nas artes performativas, e há que desenvolver exposições e espectáculos culturais, actividades, filmes, televisão, e até a formação de talentos, espaços, instalações, marcas culturais e criativas, etc.

O Governo só apresentou as metas da construção, mas não elaborou um plano geral quer faseado, então, quais são os sectores culturais abrangidos pela “Cidade de Espectáculos”? E quais são as respectivas metas faseadas? Estas questões constituem um obstáculo para os sectores desenvolverem as suas actividades conforme as políticas e metas definidas, e a “Cidade de Espectáculos” continua a traduzir-se na realização de exposições e espectáculos, ficando a construção cultural ainda por aprofundar.

Em Macau, há muitos recintos que satisfazem os padrões internacionais e que são suportes importantes para exposições e espectáculos culturais, mas em comparação com o *Hong Kong Coliseum*, o Centro Desportivo de Tianhe em Cantão e a *Taipei Arena*, Macau não tem um “ponto de referência” para realizar espectáculos nem uma plataforma uniformizada de compra de bilhetes, o que não dá resposta às necessidades da internacionalização e resulta na dispersão de informações de espectáculos. Espera-se que o Governo aproveite os espectáculos como meta de promoção do desenvolvimento aprofundado e integrado do turismo

cultural e faça bem os trabalhos de coordenação relativos à “Cidade de Espectáculos” e a construção de *hardware* e *software*.

Assim, sugiro o seguinte:

1. O respectivo sector disse que há falta de clareza quanto à definição de “Cidade de espectáculos”, assim, sugiro ao Governo que divulgue os respectivos planeamento e objectivos para a sua construção, e é preciso rever a próxima fase do “Quadro da Política do Desenvolvimento das Indústrias Culturais da Região Administrativa Especial de Macau”, para integrar plenamente as respectivas necessidades de desenvolvimento e concretizar a lista de tarefas para a construção da “Cidade de espectáculos”, permitindo uma participação mais activa do sector e promovendo o seu desenvolvimento a longo prazo.

2. No relatório das LAG para este ano, refere-se que se vai ouvir o respectivo sector para criar uma “plataforma de venda de bilhetes das actividades”, com vista a contribuir para o desenvolvimento dos espectáculos. Ao mesmo tempo, há que melhorar as formas de aquisição de bilhetes, dado que actualmente estão dispersos, e resolver o problema da venda de bilhetes no mercado paralelo, com o objectivo de garantir o desenvolvimento saudável e inovador do sector dos espectáculos.

3. Há que aproveitar ao máximo a proximidade entre a Nave Desportiva de Macau com a zona do Cotai e o posto fronteiriço de Hengqin. Há que analisar a transformação da Nave Desportiva num local icónico para exposições e espectáculos, criando condições para atrair mais exposições e espectáculos internacionais. Para além disso, há que reforçar a formação de talentos para o sector das artes performativas, onde se inclui as áreas dos espectáculos em palco, a produção de espectáculos, o trabalho nos bastidores e a gestão de palco, entre outras; e há que promover o intercâmbio e a interacção com as instituições artísticas do Interior da China e do exterior, com vista a satisfazer as necessidades de recursos humanos para a transformação de Macau em “Cidade de espectáculos”.

IAOD do Deputado Wu Chou Kit em 05.02.2024

Promoção da demolição voluntária das obras ilegais sob o ponto de vista da reparação dos edifícios

Segundo os dados do Instituto de Habitação, desde a entrada em vigor do Regulamento do plano de apoio financeiro para demolição voluntária de edificações ilegais do Fundo de Reparação Predial, em 11 de Março de 2013, até à sua revogação, em 30 de Novembro de 2021, ao longo destes oito anos e meio, foram aprovados 39 pedidos, envolvendo 27 edifícios e um montante total aprovado de 354 500 patacas. Isto demonstra que os cidadãos não dão grande importância aos potenciais perigos das obras ilegais nos edifícios em que vivem.

Segundo os dados dos Serviços de Solos e Construção Urbana, desde a entrada em vigor, em 17 de Agosto de 2022, da Lei n.º 14/2021 (Regime jurídico da construção urbana), até 2023, foram instaurados 1114 processos relativos a obras ilegais, registaram-se 17 processos administrativos com notificação da decisão final e 129 demolições voluntárias, um aumento face ao período homólogo de 2022. Os referidos dados demonstram que a população está cada vez mais consciencializada sobre as obras ilegais. Ao mesmo tempo, segundo consta, o aumento do número de demolições voluntárias deve-se ao facto de o Governo ter recebido várias queixas sobre os perigos das construções ilegais nas suas residências, e os respectivos casos terem sido contabilizados como casos de demolição voluntária. No processo de demolição voluntária é obrigatório pedir a licença de obra, caso contrário, todas as obras são consideradas ilegais, e têm sido essencialmente demolidos portões dos acessos comuns dos edifícios, suportes fixos para o ar condicionado e para secar roupa nas paredes exteriores, gaiolas e palas nas varandas e paredes exteriores, (coberturas nos terraços, pátios ou pódios), e alterações das condutas de ventilação nas paredes exteriores, (edificações com paredes divisórias nos terraços, pátios ou pódios).

Assim sendo, apresento as seguintes sugestões:

1. Ponderar sobre implementar, mais uma vez, o plano e a política de apoio à demolição voluntária, por exemplo, atribuir subsídios e benefícios financeiros, para incentivar os proprietários a demolir as obras ilegais voluntariamente.

2. Apoiar os proprietários que não têm capacidade financeira na demolição das obras ilegais, por exemplo, através de empréstimos a juros baixos e reembolsos mensais em prestações, para aliviar a pressão económica dos proprietários e promover a eficácia dos trabalhos de demolição.

3. Elaborar uma lista dos empreiteiros interessados em realizar obras de demolição, para os proprietários poderem escolher e comparar preços. As autoridades devem ainda tomar a iniciativa de ajudar os cidadãos a tratar das formalidades e procedimentos de demolição, reduzindo as suas preocupações e aumentando a sua vontade de participar nas demolições.

4. Reforçar a divulgação dos regimes jurídicos, por exemplo, a Lei n.º 14/2021 (Regime jurídico da construção urbana), a Lei n.º 9/2023 (Regime da arbitragem necessária de litígios relativos a infiltrações de água em edifícios), a Lei n.º 15/2021 (Regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios e recintos), e a Lei n.º 14/2022 (Regime jurídico de segurança dos ascensores), entre outros, para os cidadãos compreenderem a importância das inspeções, reparações e manutenção periódicas dos edifícios, e ficarem a saber dos perigos e do impacto das construções ilegais nas estruturas dos edifícios, para reforçar a vontade de tomarem a iniciativa de demolir as obras ilegais.

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 05.02.2024

Serviços de mobilidade sem barreiras

No dia 2 de Janeiro de 2014, o Governo lançou, a título experimental e com a duração de um ano, o “Projecto-piloto de disponibilização de coordenador de apoio à acessibilidade”, ao qual compete assegurar que os estabelecimentos possam prestar um bom atendimento e orientações às pessoas portadoras de deficiência, bem como reforçar as condições para a optimização contínua de um ambiente sem barreiras e das instalações complementares dos serviços.

Os deficientes necessitam de enriquecer as suas múltiplas necessidades sociais, mentais e físicas, e as suas necessidades de deslocação baseiam-se, muitas vezes, na disponibilidade, conveniência e aceitabilidade do espaço público da cidade. A “Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência” das Nações Unidas considera a “deslocação sem barreiras” como um meio importante para a vida independente das pessoas com deficiência e a sua inclusão na comunidade. No “Planeamento dos Serviços de Reabilitação da RAEM para o Próximo Decénio (2016-2025)”, a deslocação das pessoas portadoras de deficiência é uma das áreas importantes do planeamento, cujo objectivo é construir edifícios e ambiente de mobilidade livres de barreiras arquitectónicas para as pessoas com deficiência, permitindo-lhes aceder livremente a todos os edifícios e serviços de transportes públicos, e participar, de forma independente e plena, nos assuntos sociais. O planeamento envolve o financiamento às instituições de reabilitação para aumentar o número de autocarros de reabilitação e prolongar o horário de funcionamento, para aumentar a oferta de serviços, bem como prevê a elaboração de instruções sobre os critérios de qualidade dos serviços de autocarros de reabilitação.

O serviço de transporte sem barreiras pode incentivar as pessoas portadoras de deficiência a sair de casa. O “shuttle bus” de reabilitação subsidiado pelo Governo, embora bem acolhido pelos utentes, tem sido alvo de críticas da sociedade. O percurso circular abrange as instalações de cuidados de saúde e de bem-estar da população, bem como as instalações culturais e recreativas.

Mas a frequência com intervalos de 75 minutos das carreiras do “autocarro de reabilitação” é notoriamente reduzida e, além disso, a sua capacidade para cadeiras de rodas é limitada. A maioria das deslocações dos utilizadores de cadeiras de rodas é para ir ao Centro Hospitalar Conde de São Januário e a outros serviços públicos. Como na paragem anterior os lugares já estão cheios, devido ao grande intervalo na frequência, os utilizadores desse serviço de transporte precisam de fazer um planeamento prévio das suas deslocações, mas continuam a ter dificuldades em entrar no autocarro e o número de passageiros é limitado. Na resposta a uma interpelação de um Deputado, o Governo afirmou que ia proceder a novos estudos, tendo em conta as necessidades, e otimizar esse serviço de mobilidade, que é um meio importante para os deficientes se integrarem na

sociedade. Sugiro às autoridades que melhorem a definição dos pontos de paragem e os respectivos equipamentos nas paragens desse serviço de transporte, e reforcem a sua capacidade de operação, aumentem a frequência das carreiras e divulguem mais esse serviço junto do público. Espero que o Governo adopte uma estratégia de impulsionar a procura desse serviço com o aumento da oferta, prestando mais serviços, para incentivar os deficientes a saírem e a integrarem-se nos bairros comunitários.

IAOD do Deputado Leong Sun lok em 05.02.2024

Definir estratégias para o desenvolvimento, valorização e reconversão dos mercados

Nos últimos anos, o Governo procedeu ao reordenamento do Mercado Vermelho, do Mercado Municipal da Horta e Mitra e do Mercado Municipal da Taipa, optimizou as instalações de *hardware* e *software* dos mercados tradicionais, e deu início ao concurso público para 15 bancas no Centro de Comidas do Mercado da Horta da Mitra e do Mercado Municipal do Patane. O Mercado da Horta da Mitra foi reaberto no início de Janeiro e o ambiente é agradável, tanto para os vendilhões como para os residentes. Segundo o IAM, este vai tentar reabrir o Mercado Vermelho no segundo trimestre, e os referidos concursos já tiveram resultados, o que demonstra que alguns mercados já criaram uma base para a sua modernização e transformação. O trabalho do IAM merece o nosso reconhecimento, pois os mercados têm a sua história e cultura, portanto, espero que o Governo defina, quanto antes, uma estratégia global para o respectivo desenvolvimento e transformação, ajudando os vendilhões a enfrentar as mudanças na exploração e a preparar-se melhor para promover o desenvolvimento dos mercados.

Os mercados tradicionais têm vindo a enfrentar problemas de modernização, reconversão e desenvolvimento sustentável. Em Macau, há nove mercados públicos com bancas desocupadas, pois alguns vendilhões optaram por desistir durante a epidemia; a maioria delas não foi posta a concurso público; é a redução da exploração das bancas que afecta o fluxo de clientes, as compras dos residentes e a exploração das outras bancas. Com o reordenamento dos mercados, a atribuição de bancas no Mercado Municipal da Horta da Mitra e no Centro de Comidas do Mercado do Patane foi feita por concurso público, forma diferente do passado, que era por sorteio, seguindo pela primeira vez o “Regime de gestão dos mercados públicos”, em que se exige a apresentação de estratégias de operação, de *marketing*, etc. Mas, mesmo assim, foi bem acolhido pelos cidadãos, o que reflecte, em certa medida, que, sob a orientação activa do Governo, ainda há muitos cidadãos com ideias e que estão interessados em explorar as suas actividades nos mercados. Assim, espero que as autoridades continuem a reorganizar ou a optimizar adequadamente os espaços e as instalações das bancas desocupadas, e a abrir, gradualmente, concursos para outras bancas, a fim de atrair mais comerciantes e de apoiar o desenvolvimento dos vendilhões.

Ao mesmo tempo, o Governo tem vindo a promover a revitalização dos mercados municipais, mas, com a mudança das formas de vida e de turismo, muitos residentes e turistas gostam de ir aos mercados à procura da gastronomia popular e de “experiências turísticas aprofundadas” e “experiências humanas”.

Para além da optimização das instalações, e da distribuição e do planeamento das bancas dos mercados, sugere-se ainda que se permita aos vendilhões a introdução de outros tipos de produtos e serviços, assim como de elementos culturais, criativos e gastronómicos. Por exemplo, o Mercado de S. Domingos situa-se numa zona com grande movimento de pessoas e algumas famosas bancas de venda de comida, por isso reúne condições para ser um projecto-piloto de transformação dos mercados. Espero que o Governo proceda a um novo planeamento e aproveitamento das caves do mercado e das zonas de vendilhões adjacentes ao mercado de S. Domingos, aditando mais produtos e serviços culturais e criativos, ou gastronómicos. Assim, deve-se introduzir os devidos ajustamentos de acordo com o desenvolvimento desse mercado, e elaborar planos de pormenor para o desenvolvimento dos mercados das diversas zonas.

IAOD do Deputado Ma lo Fong em 05.02.2024

Promover o desenvolvimento de alta qualidade da educação local, face aos desafios e às oportunidades resultantes da baixa taxa de natalidade

A "Medida do registo central para acesso escolar dos alunos do ensino infantil pela primeira vez" foi concluída no dia 16 do mês passado, e fizeram o registo central cerca de 4600 crianças. Segundo os dados, o número de registos tem diminuído, e só em comparação com este ano lectivo, o número de registos para o próximo ano lectivo diminuiu significativamente em cerca de 600, ou seja, uma queda de 11,5 por cento. No início de 2022, nasceram apenas 4344 bebés, portanto, prevê-se uma maior diminuição do número de registos. De facto, a baixa taxa de natalidade constitui uma crise e um desafio para o desenvolvimento da educação, e provoca um fenómeno, ou seja, os recursos humanos não conseguem responder às necessidades, afectando o desenvolvimento regional, portanto, trata-se de um tema político que não pode ser ignorado.

Como mostram os dados, a procura de vagas escolares tem diminuído. Segundo algumas escolas, a situação de admissão de alunos não é optimista e pode levar à redução de pessoal. Recentemente, até houve uma creche privada que anunciou o seu encerramento, o que demonstra que a queda da taxa de natalidade já tem impacto e choque visíveis na estabilidade das creches e da equipa educativa, estendendo-se, gradualmente, do ensino infantil aos outros níveis de ensino. Nos últimos anos, verificou-se uma queda generalizada da taxa de natalidade nas regiões economicamente mais desenvolvidas do mundo, mas, a estabilidade dos docentes tem implicações com a eficácia da formação de futuros talentos, especialmente tendo em conta que Macau se encontra numa fase crucial de desenvolvimento da diversificação adequada das indústrias, portanto, o Governo deve reforçar a comunicação e a colaboração com as diversas partes, transformando os perigos em oportunidades, e deve ainda apoiar as escolas na elevação da qualidade e no reforço dos recursos educativos atribuídos aos alunos, com vista a concretizar o desenvolvimento de alta qualidade da educação de Macau.

Apresento, então, as seguintes três sugestões:

1. Reforço ordenado da qualidade e da promoção do desenvolvimento da educação de alta qualidade

Estabelecendo uma comparação com o passado, o Governo, nos últimos anos, tem melhorado continuamente a distribuição dos recursos educativos, o rácio turma/professor e o rácio professor/aluno. O plano de optimização do rácio turma/professor apresentou resultados notáveis, tomando como referência o rácio turma/professor de 2023, verifica-se que o mesmo está a evoluir em todas as fases para o nível máximo previsto no plano. O rácio professor/aluno no ensino secundário já atingiu a recomendação de 1:11, constante do relatório do estudo da

“Previsão sobre a futura oferta e procura do pessoal docente do ensino não superior de Macau, entre 2020 e 2023”, elaborado pela Comissão de Desenvolvimento de Quadros Qualificados. Assim, o Governo deve reforçar a promoção do “Plano de financiamento da otimização do rácio turma/ professor”, estudar a possibilidade de atribuir mais financiamento e subsídios aos ensinos infantil e primário, e reforçar a adequação do ensino local em turmas reduzidas ao desenvolvimento real, tudo para permitir um ensino melhor e a boa distribuição dos recursos educativos. (8 linhas)

2. Garantir a estabilidade do pessoal docente em vários aspectos

Face à baixa taxa de natalidade e ao relativamente suficiente número de docentes daí resultante, devem ser criadas condições para o pessoal docente conseguir prestar mais atenção aos trabalhos educativos, aos problemas dos alunos e à investigação pedagógica. Assim, o Governo deve apoiar os docentes, de diferentes áreas e categorias, no desenvolvimento das suas capacidades técnicas e profissionais, em prol da organização ordenada de mais aulas práticas interdisciplinares e de planeamento de carreiras. Deve ainda criar um fundo para o ensino e investigação, recorrendo a docentes experientes para promoverem o ensino e a investigação locais, e adoptar medidas mais diversificadas para aproveitar a abundância de recursos humanos no ensino e promover um desenvolvimento educativo mais completo, diversificado e avançado. Numa perspectiva de longo prazo, o Governo deve ajustar o quadro da organização curricular, por exemplo, flexibilizar o cálculo da carga horária dos docentes, para responder às necessidades práticas de promoção da reforma educativa, e criar mais oportunidades e postos de trabalho para estes profissionais, elevando assim a sua estabilidade.

3. Apoio à criação de cursos com características próprias

As escolas devem elevar o nível do ensino, para aumentar a admissão de alunos. No entanto, no caso das instituições de ensino mais pequenas, o melhoramento e o aperfeiçoamento dos cursos exigem tempo e apoio, por isso, as autoridades devem, tendo em conta a reforma curricular, promover o ensino inteligente e a orientação de especialistas, reforçar a comunicação com as escolas, para se elevar, em conjunto, as condições de ensino, nomeadamente, a integração entre os conteúdos curriculares do Interior da China e do exterior e a cultura da própria escola, apoiar as escolas na organização de cursos com características diversificadas, para a sua reconversão e valorização, e ajudar as escolas com mais necessidades a reforçar a divulgação, dando a conhecer aos encarregados de educação as suas características e vantagens, e proporcionando aos alunos mais opções e possibilidades de formação.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 05.02.2024

Acelerar a apreciação das candidaturas à Residência do Governo para Idosos e aumentar o número de apartamentos da primeira fase

Sendo a Residência do Governo para Idosos uma parte importante da política de habitação de cinco níveis do Governo da RAEM, desde a sua apresentação em 2019 até à presente data, foram concluídos os trabalhos de planeamento e construção, e a candidatura da primeira fase, prevendo-se a sua entrada em funcionamento no quarto trimestre deste ano. O prazo da candidatura para 759 apartamentos da primeira fase terminou no final do ano passado, tendo sido recebidas mais do dobro das candidaturas, ou seja, mais de 1500. Trata-se do primeiro projecto-piloto de Macau para melhorar o ambiente habitacional dos idosos, cujas políticas e medidas mereceram o reconhecimento da sociedade.

A primeira fase de candidatura foi muito bem acolhida, mas o número de apartamentos é limitado, por isso, recebi, recentemente, muitos pedidos de informações por parte dos idosos e das suas famílias, e pedidos de informações sobre o andamento da apreciação das candidaturas, a data para a ocupação dos apartamentos, etc. Apesar de os idosos possuírem capacidade para cuidarem de si próprios, muitos deles moram em edifícios antigos ou sofrem de doenças crónicas, esperando que, através da Residência para Idosos, se possa melhorar o ambiente habitacional e reduzir a sobrecarga física. Por outro lado, uma vez que os primeiros 759 apartamentos podem beneficiar de um desconto de 20 por cento sobre a taxa de utilização, a actual situação de excesso de candidaturas suscitou a preocupação de muitos candidatos, pois, se não conseguirem ocupar as fracções da primeira fase, provavelmente não terão o benefício correspondente, o que vai aumentar os encargos económicos com a habitação.

Em 2021, o Governo calculou em cerca de 6500 os potenciais destinatários idosos isolados ou casais idosos, em habitação própria em edifícios antigos. Em 2022, publicou o “Estudo sobre a Política de Habitação para Fins Residenciais da Região Administrativa Especial de Macau” e, com base nos factores de proporção de idosos na estrutura demográfica, dos dados relativos à aquisição de habitação própria, das características dos edifícios (por exemplo, a antiguidade e o número de pisos), etc., estimou-se o valor médio da procura de residências para idosos, para os anos de 2025 e 2030, em cerca de 2800 e 3400, respectivamente; e da participação activa desta candidatura, reflectiu-se a procura destas residências por parte da sociedade. Assim, o Governo deve proceder a estudos prospectivos e planear, quanto antes, as futuras residências para idosos e outras políticas e medidas, para melhorar o ambiente habitacional dos idosos e dar resposta à tendência, a longo prazo,

de envelhecimento da população e de envelhecimento contínuo dos edifícios dos bairros antigos.

Pelo exposto, apresento as seguintes sugestões:

1. Acelerar a apreciação e autorização das residências para idosos. Segundo consta, o Governo prevê concluir os trabalhos de apreciação das candidaturas, no segundo trimestre de 2024, e a prestação de serviços, no quarto trimestre. Assim, se as condições o permitirem, espero que o Governo acelere a apreciação, a autorização e o processo de atribuição das habitações, para que os idosos com necessidade, nomeadamente, os que vivem em edifícios baixos antigos, melhorem as suas condições de vida.

2. Aumentar o número de fracções abertas na primeira fase. O número total de 1810 fracções na residência para idosos já é suficiente para cobrir as necessidades de mais de 1500 pedidos na primeira fase. Sugere-se ao Governo que pondere aumentar o número de fracções na primeira fase, assim, desde que os interessados preencham os requisitos de ocupação, já podem ocupar as fracções na primeira fase. Mais, o benefício da renda deve ser prolongado até à segunda fase, para satisfazer as necessidades de mais idosos e reduzir os seus encargos.

3. Reforçar o investimento de recursos nas residências para idosos. O número elevado de candidatos neste concurso demonstra que muitos idosos de Macau têm dificuldades de deslocação e esperam que a residência para idosos resolva efectivamente as suas dificuldades de deslocação e de acesso a habitação. Mais, os idosos esperam satisfazer as suas expectativas quanto aos serviços inteligentes para a terceira idade e às instalações comunitárias complementares, com vista a melhorar a sua qualidade de vida. Proponho ao Governo que, através dos dados da primeira fase do projecto-piloto, analise e avalie o número de habitações necessárias para idosos, a localização dos terrenos e o planeamento das instalações complementares dessas residências, com vista a satisfazer as necessidades sociais a longo prazo. Ao mesmo tempo, deve-se iniciar o estudo sobre o tratamento dos imóveis onde há idosos, a fim de atenuar os seus encargos de vida.

4. Prestação de apoio, por diversos meios, na melhoria do ambiente para a terceira idade. Para além da residência para idosos, o Governo deve adoptar outras formas para ajudar os idosos a melhorarem as suas condições de habitação. Por exemplo, estudar a possibilidade de apoiar os idosos na reparação da sua habitação, na disponibilização de instalações sem barreiras arquitectónicas, e de apoio com tecnologia inteligente aos idosos nos domicílios e na comunidade, além de aumentar o número de vagas nos lares, no sentido de apoiar os idosos com diferentes condições a melhorarem o seu ambiente de vida e o seu bem-estar.

IAOD do Deputado Chui Sai Peng Jose em 05.02.2024

Aperfeiçoar continuamente os serviços “one-stop” para as empresas poderem iniciar actividades

Com a entrada em vigor, em 25 de Janeiro, do novo regulamento administrativo “Alterações do procedimento de licenciamento de estabelecimentos de comidas e bebidas”, a plataforma de apreciação e autorização conjuntas dos pedidos vem reduzir o tempo de tratamento, e o regime de licença prévia de obra estabelecido permite o desencadeamento, em simultâneo, das obras e dos procedimentos de apreciação de plantas, resolvendo as dificuldades em “iniciar as obras”. Através da “Plataforma para Empresas e Associações”, o requerente pode fazer tudo *online*, incluindo o licenciamento, as licenças de obras, e a vistoria de segurança contra incêndios, poupando tempo no tratamento das formalidades. Isto demonstra uma alteração substancial com recurso à governação electrónica para otimizar os procedimentos inter-serviços e elevar a eficiência administrativa, e trata-se, efectivamente, duma boa acção governativa.

Se um restaurante quiser abrir portas, não basta arrendar um espaço e realizar as obras de remodelação, o essencial é resolver a dificuldade de contratar trabalhadores, uma vez que, com o regresso dos turistas, a falta de recursos humanos na restauração voltou a destacar-se. Neste momento, só quando as obras de remodelação estão quase prontas é que os donos de restaurantes podem apresentar o pedido de contratação de trabalhadores não residentes, e após a autorização, precisam de mais 2 ou 3 meses para tratar dos *blue cards*. Isto significa que o bom desejo do Governo, de resolver o problema de “os donos pagarem rendas sem poderem fazer negócio”, não consegue ser plenamente concretizado, devido à lentidão no suprimento de recursos humanos.

Quanto aos empregos que os residentes de Macau não querem, muitas vezes é necessário recorrer aos trabalhadores não residentes indiferenciados para suprir a insuficiência de mão-de-obra local, e quanto à mão-de-obra a importar e ao seu número, acredito que o Governo vai controlar tudo com rigor. Por isso, espero que, com o lançamento do novo procedimento de licenciamento e aproveitando a boa tendência decorrente da resolução efectiva da “dificuldade de iniciar as obras e ter de pagar rendas”, se possa resolver também a “dificuldade de contratação de pessoal”, concretizando-se o verdadeiro serviço “one stop” para a abertura de negócios, para melhorar efectivamente o ambiente de negócios de Macau e reforçar a competitividade das micro e PME locais.

Sugiro, então, o seguinte:

1. As coisas boas devem ser divulgadas. Reforço da divulgação do novo regime de “Atribuição de licença *one stop*” - o Governo deve recorrer às infografias e outros meios para divulgar informações, e deslocar-se às associações comerciais e civis para prestar esclarecimentos, dando respostas atempadas e precisas, para garantir

que os requerentes obtenham serviços de alta qualidade e as empresas consigam adaptar-se, rapidamente, às novas funções da “Plataforma para Empresas e Associações”, para os efeitos da reforma poderem, realmente, beneficiar todos.

2. Tratamento *one stop* das três etapas relativas ao início de actividade. Estudo sobre a simplificação e a electrónica dos procedimentos administrativos relativos aos pedidos de importação de mão-de-obra das PME - em articulação com o “Regime de licença prévia de obra”, o Governo deve permitir que os empresários apresentem em simultâneo o pedido de obras de remodelação e o pedido de contratação de não residentes, para estes chegarem com as obras já concluídas. Pode assim resolver-se, de facto, o problema do “pagamento de rendas, sem se poder iniciar o negócio”, e o sector da restauração pode ser o pioneiro a usar o “Início de actividade *one stop*”, em prol do desenvolvimento vigoroso do governo electrónico.

Em suma, com a chegada de uma boa onda de turistas, o Governo deve aproveitar o lançamento da “Plataforma para Empresas e Associações” para iniciar as três etapas relativas ao início de actividade, para as micro e as PME poderem contribuir ainda mais para o processo de diversificação adequada da economia.

IAOD do Deputado Leong Hong Sai em 05.02.2024

Fiscalização das construções públicas

A Comissão de Acompanhamento para os Assuntos de Terras e Concessões Públicas da AL reuniu-se recentemente para rever os procedimentos dos concursos públicos das obras públicas das cinco Secretarias e dez serviços públicos, incluindo a composição das comissões de abertura e de avaliação de propostas, a selecção dos procedimentos, a definição dos critérios de avaliação, o mecanismo de fiscalização dos procedimentos, etc. Concluiu-se que o Governo actua basicamente de acordo com o espírito da lei, no entanto, as regras de funcionamento dos diferentes serviços públicos, apesar de comuns, não são uniformes. Assim, a Comissão apresentou 6 opiniões e sugestões.

Concordo com as sugestões, especialmente quanto aos critérios de avaliação. No passado, os serviços de obras públicas e muitos outros optavam pelo “preço mais baixo” como critério-chave para seleccionar as propostas, mas a escolha nem sempre conseguia quer produzir os melhores benefícios para a entidade pública em causa, quer corresponder ao interesse público. Como o processo de avaliação das propostas é, geralmente, confidencial, há que discutir e estudar o seguinte: como é que o público pode confiar nas aquisições públicas, especialmente nos concursos de obras públicas, e se há condições para aumentar a respectiva transparência.

Segundo o recente relatório de auditoria, o então Gabinete para as Infra-estruturas de Transportes cometeu falhas evidentes na escolha dos padrões técnicos para os cabos eléctricos do metro ligeiro e no controlo da qualidade dos cabos fornecidos, pois registaram-se 18 falhas em menos de dois anos de funcionamento da linha da Taipa. Segundo a resposta do Governo, os materiais de construção do metro ligeiro satisfaziam as exigências do concurso público de 2009, e posteriormente, a empresa Mitsubishi colaborou com o Governo, e substituiu gratuitamente os referidos cabos eléctricos, de acordo com os padrões nacionais mais actualizados. Essa linha do metro ligeiro só entrou em funcionamento em 2019, ou seja, dez anos depois do concurso público, e como todos sabem, as técnicas desenvolvem-se muito rapidamente, ora, o Metro Ligeiro contratou uma terceira entidade para fiscalizar o projecto, então, por que razão é que os consultores não apresentaram sugestões adequadas sobre a qualidade das obras do metro ligeiro, e permitiram o uso de materiais desactualizados? Uma vez que as falhas afectaram directamente o interesse público, a equipa de consultoria não deve assumir as devidas responsabilidades?

Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. Definição do sistema de pontuação para a avaliação das propostas com base no princípio de que “o valor compensa”. Para além do preço de aquisição do projecto, há que ter em conta o custo com a sua vida útil, que analisar a taxa de falhas, o custo dos acessórios, o número de reparações e o tratamento dos resíduos, e ainda a eficácia social, económica, cultural, etc. Os parâmetros proporcionais devem ser ajustados de acordo com a situação concreta da obra, para o erário público poder ser bem utilizado.

2. Neste momento, é difícil garantir a cem por cento a transparência do processo de avaliação das propostas das obras públicas, por isso, os critérios de avaliação devem ser mais concretos e científicos, para servirem de referência para o pessoal responsável pela avaliação. Propõe-se ainda a introdução de um mecanismo de avaliação interdepartamental e inter-secretarias, para as aquisições poderem ser analisadas de forma mais detalhada, sendo crucial a integridade e a ética do pessoal de avaliação; há ainda que dar continuidade às acções de formação, com vista a assegurar a justiça e a objectividade dos trabalhos de selecção.

3. Reforçar a fiscalização das obras públicas e o controlo da qualidade, e se for contratada uma entidade terceira para a fiscalização, há que controlar o trabalho dos consultores e que criar um regime sancionatório, a fim de assegurar que os mesmos assumam as suas responsabilidades profissionais. A proposta de lei sobre a contratação pública já foi entregue à AL, portanto, espera-se que seja possível aperfeiçoar o seu conteúdo.

IAOD do Deputado Ngan Iek Hang em 05.02.2024

Optimização do mecanismo de cooperação interserviços na realização de grandes eventos

Com os esforços conjuntos do Governo e de todos os sectores, desde o ano passado, o número de turistas tem crescido rapidamente, e a recuperação económica acelerada trouxe confiança às empresas locais. Neste novo ambiente económico, os hábitos de consumo e o modelo de viagem dos turistas sofreram grandes mudanças. Antigamente, os turistas eram essencialmente atraídos pelo jogo e pelas compras, mas agora vêm para assistir a espectáculos, explorar a cidade, fazer “*check-in*” e experimentar a gastronomia. Por isso, o Governo propôs transformar Macau numa “cidade do espectáculo” e numa “cidade do desporto” em 2024, correspondendo à nova tendência turística, e o aumento significativo do número e da frequência de espectáculos e de actividades desportivas vão contribuir para atrair mais turistas.

Porém, muitos eventos de média e grande dimensão são realizados nos bairros comunitários, envolvendo serviços públicos, empresas de turismo e lazer, PME, associações, etc. assim, as instalações complementares de transporte e restauração, o controlo de multidões e as medidas de segurança contra incêndios são factores decisivos para o sucesso das actividades, e com o desenvolvimento das redes sociais, a experiência dos turistas pode ser rapidamente divulgada e pode definir a imagem de Macau enquanto cidade turística. Além disso, a realização de actividades pode ter impacto nas proximidades das instalações, por isso, o Governo deve reforçar a coordenação e equilibrar as necessidades dos turistas e dos residentes, para salvaguardar a imagem de Macau como cidade turística de qualidade, transformando a “cidade do espectáculo” e a “cidade do desporto” em cartões-de-visita da cidade.

Pelo exposto, apresento as seguintes duas sugestões:

1. No passado, a organização e a divulgação de informações de alguns eventos de grande envergadura foram efectuadas muito em cima da hora, e muitos lojistas e residentes não conseguiram preparar-se, por isso, esperam que o Governo reveja os procedimentos, pois há que optimizar, internamente, o mecanismo de coordenação dos trabalhos interserviços, aperfeiçoar a comunicação e coordenação, efectuar ajustamentos dinâmicos durante os eventos, proceder ao balanço e avaliação, e reforçar a comunicação com as empresas de turismo e lazer, as PME, as associações e os residentes. O Governo deve ainda dispor de bons mecanismos de comunicação e coordenação com os moradores das zonas onde se realizam actividades, para a divulgação de informações sobre o trânsito, de orientações para os turistas, dos planos de emergência de segurança, etc., a fim de elevar a eficácia na realização de eventos de grande envergadura. Tudo isto para as empresas e os residentes poderem articular-se de forma mais harmoniosa,

para a criação dum bom ambiente durante os eventos, e para elevar a experiência dos turistas.

2. Partindo do ponto de vista do público-alvo, sugiro ao Governo que optimize os trabalhos de recepção de visitantes, acompanhando atempadamente a sua avaliação e os seus comentários, com vista a enriquecer e a melhorar a imagem de Macau enquanto cidade turística, através destes eventos. Há ainda que melhorar as instalações complementares, prestando mais atenção e carinho aos turistas, para que a imagem de Macau como “Cidade do espectáculo” e “Cidade do Desporto” consiga enraizar-se no coração dos turistas.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 05.02.2024

Organização antecipada das medidas para atrair visitantes e de trânsito durante o período do Ano Novo Chinês

Em 2023, o número de visitantes atingiu 28 milhões, uma recuperação de 72 por cento em relação a 2019. O Aeroporto Internacional de Macau também registou 5,15 milhões de passageiros em 2023, com o total a recuperar para 54 por cento em comparação com 2019. Isto demonstra que as medidas do Governo da RAEM para atrair visitantes após a epidemia surtiram efeitos notórios e que a recuperação económica de Macau tem sido satisfatória, aumentando ainda mais a confiança dos diversos sectores da sociedade. Para este ano, o Governo fixou a meta anual de 33 milhões de visitantes, pelo que é necessário diversificar os produtos turísticos e desenvolver ainda mais o “turismo +”; promover a integração intersectorial do turismo e da gastronomia, da macro saúde, da ciência e tecnologia, dos eventos, da educação, etc.; reforçar a divulgação junto dos mercados-fonte de turistas; e promover o desenvolvimento da economia do turismo comunitário.

Com a aproximação do Ano Novo Lunar, o Governo da RAEM realiza, como sempre, uma série de actividades, como a Parada de Carros Alegóricos, diversas actuações nos bairros comunitários e espectáculos de fogo-de-artifício, assim como a Feira de Flores das Vésperas do Ano Novo Lunar, a queima de panchões e o evento “Iluminar Macau”. Acredita-se que essas actividades poderão atrair os turistas a visitarem e a consumirem em Macau, e espera-se que os respectivos trabalhos sejam bem planeados para proporcionar um turismo de alta qualidade e aumentar o grau de satisfação dos visitantes.

Assim, proponho o seguinte:

1. Para além das actividades regulares do Ano Novo Lunar, sugiro que se reforce a comunicação e a cooperação do Governo com o sector e os estabelecimentos comerciais, e se continue a desenvolver e a reforçar os projectos não jogo das seis concessionárias de turismo e lazer integrado, para alargar a fonte de visitantes. Os estabelecimentos comerciais podem oferecer descontos e prolongar o horário de funcionamento para atrair os visitantes para os bairros comunitários e dinamizar o ambiente de negócio dos bairros antigos. Ao mesmo tempo, também será realizada uma série de actividades do Ano Novo Chinês nas seis zonas históricas que as operadoras de jogo vão revitalizar, pelo que o Governo deve reforçar ainda mais a promoção *online* e *offline*, para que os visitantes tenham acesso a esses eventos e celebrações de Macau e às informações turísticas mais recentes.

2. Nos últimos anos, o Governo empenhou-se em criar zonas pedonais para melhorar o ambiente comercial dos bairros antigos e aumentar a respectiva taxa de arrendamento das lojas. O plano de revitalização da zona pedonal da Rua da Felicidade, lançado a título experimental no passado Festival do Bolo Lunar, obteve

bons resultados e o reconhecimento de comerciantes e turistas. Assim, sugiro que o Governo o transforme num plano de longo prazo, continue a realizar mais actividades naquela zona, enriqueça os elementos para atrair os turistas a ficarem e a consumirem, e estude se há outros bairros com condições para se transformarem em zonas pedonais, para impulsionar a economia e a vitalidade dos bairros antigos.

3. Em Macau, há sempre um pico de entrada de visitantes nos feriados do Ano Novo Chinês, por isso proponho que sejam preparados com antecedência e planeados adequadamente os serviços de transportes públicos, de modo a garantir a fluidez do trânsito durante o período. Sempre que necessário, há que aplicar a medida de controlo do fluxo de multidões, para garantir a segurança e a ordem pública, bem como, aumentar a frequência dos autocarros entre as zonas turísticas populares e o terminal de autocarros nos Postos Fronteiriços das Portas do Cerco, Qingmao e Hengqin, etc., e destacar mais pessoal para prestar informações aos visitantes nas zonas turísticas e nos postos fronteiriços, em prol do seu desvio para outros pontos turísticos. Mais, há que fazer um bom trabalho para desviar as multidões em vários postos fronteiriços e reforçar a publicidade sobre a utilização dos outros postos fronteiriços para saídas e entradas, de modo a diluir a pressão alfandegária sobre o Posto Fronteiriço das Portas do Cerco e melhorar a experiência dos turistas que visitam Macau.

IAOD do Deputado Zheng Anting em 05.02.2024

Para acelerar o desenvolvimento da Zona de Cooperação Aprofundada em Hengqin, em Setembro de 2021, o País lançou o “Projecto Geral de Construção da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin”, que indica os vários aspectos do caminho a seguir para a construção desta Zona e proporciona forte apoio político. A criação desta Zona contribui para a promoção do desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau e para uma maior integração na conjuntura do desenvolvimento nacional.

Os governos de Guangdong e Macau estão a promover, activa e ordenadamente, os diversos planos e medidas constantes do “Projecto Geral”, incluindo a implementação da política de liberalização da “primeira linha” e controlo da “segunda linha” das mercadorias. Na verdade, o “Plano de Desenvolvimento Geral da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin” e as várias medidas complementares de apoio, lançados sucessivamente, clarificam os pormenores da “gestão separada” daquela Zona, portanto, o início das operações aduaneiras independentes está a ser promovido a ritmo acelerado. Segundo o “Plano de Desenvolvimento Geral”, o controlo da “segunda linha” é acompanhado do controlo inteligente, do controlo de crédito, do controlo por classificação e do controlo de riscos, para se criar um regime de controlo aduaneiro adequado ao desenvolvimento. Após a entrada em funcionamento das referidas operações em Hengqin, a ligação entre Hengqin e Macau ficará mais estreita, favorecendo o aproveitamento das vantagens dos recursos das duas partes e aumentando o nível de abertura.

Os diversos sectores da sociedade prestam elevada atenção ao planeamento concreto e à implementação da liberalização da “primeira linha” e do controlo da “segunda linha”, e também às elevadas eficiência e conveniência da circulação transfronteiriça de pessoas e mercadorias. Na minha opinião, quanto aos pormenores da “gestão separada” e à zona aduaneira independente nas fronteiras de Hengqin, o Governo pode dar mais um passo para o seu melhoramento, a fim de dar resposta às actuais necessidades sociais.

Pelo acima exposto, apresento as seguintes sugestões:

1. Implementar a “gestão separada” e as políticas e medidas da zona aduaneira independente, divulgar, atempadamente, os pormenores junto dos diversos sectores da sociedade, e reforçar as respectivas acções de divulgação. A entrada em funcionamento da zona aduaneira independente vai causar diferentes impactos aos residentes, estudantes, comerciantes, etc., por isso, o Governo deve recorrer a vários canais e meios de divulgação para proceder, de forma concisa e compreensível, à interpretação das políticas, para os sectores conhecerem as mudanças e poderem adaptar-se rapidamente e em tempo útil.

2. Implementação de um modelo experimental de inspecção sanitária e aperfeiçoamento do regime de lista branca. Alguns cidadãos estão preocupados com a mudança dos requisitos do transporte de produtos relacionados com a vida quotidiana, tais como, produtos alimentares, medicamentos e artigos de uso diário, com a zona aduaneira independente, e com os exames, se estes vão ser adequadamente relaxados. O Governo deve elaborar uma lista completa das mercadorias e produtos da fauna e flora isentos de quarentena (ou seja, uma lista branca), discriminando os produtos que podem entrar na Zona de Cooperação Aprofundada e que estão isentos de quarentena. A maioria dos residentes precisa de levar produtos alimentares fabricados em Macau para aquela Zona, por isso, é necessário acelerar o processo de cooperação na supervisão da segurança alimentar entre as duas regiões, para facilitar o transporte de produtos alimentares.

3. Aperfeiçoar as instalações complementares de trânsito e criar um sistema tridimensional de trânsito baseado na integração urbana entre Hengqin e Macau. Com a abertura do projecto “Novo Bairro de Macau”, cada vez mais residentes de Macau vão viver, trabalhar e estudar na Zona de Cooperação Aprofundada, e uma vez implementada a “gestão separada”, a circulação de pessoas entre Hengqin e Macau vai ser mais frequente. O Governo deve então acelerar a construção da ligação rodoviária entre Macau e a referida Zona de Cooperação, aperfeiçoar a rede viária dos diversos postos fronteiriços e estendê-la até às zonas habitacionais e comerciais, a fim de maximizar o aproveitamento dos recursos de trânsito e proporcionar uma experiência de deslocação conveniente aos residentes que viajam entre Hengqin e Macau.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 05.02.2024

Enquanto cidade turística internacional, Macau não só é rica em património histórico e em instalações de entretenimento modernas, como também tem muitas festividades características, como o Festival do Dragão Embriagado, o Festival do Deus Tam Kung, a Festa de Tou Tei, a Procissão de Nossa Senhora de Fátima, a Regata de barcos-dragão, etc. Pode dizer-se que Macau possui uma vasta gama de festivais das culturas chinesa e ocidental, que constituem uma parte importante da cultura de Macau, e também um recurso valioso e único. Se conseguirmos combiná-los eficazmente com as indústrias culturais, do turismo, do entretenimento e do lazer para desenvolver a economia festiva e criar uma marca de cultura festiva, que se tornará uma grande atracção para os turistas, é de crer que se pode materializar as vantagens de Macau, enquanto “uma base”, promovendo Macau para se tornar uma cidade de culturas chinesa e ocidental, assinalada pela “diversificação e coesão social” e “criatividade infinita”, a par de reforçar a imagem e o prestígio internacional de Macau, ajudando-a, assim, a construir um centro mundial de turismo.

As festas de Macau são ricas em conteúdos culturais, com características locais e culturais distintas. Por exemplo, a “Crença e Costumes de Tou Tei” foi inscrita na Quinta Lista Nacional de Itens Representativos do Património Cultural Intangível em 2021, e a “Festa de Tou Tei”, no segundo dia de Fevereiro do Calendário Lunar, tornou-se ainda uma festa única em Macau. Alguns templos de Tou Tei em Macau realizam uma grande variedade de actividades festivas tradicionais, incluindo orações para pedir bênçãos aos deuses, danças do leão, ópera chinesa e concertos de ópera chinesa, cuja animação é semelhante à do Ano Novo Chinês.

No futuro, Macau deve destacar as suas características e vantagens, criar uma marca cultural festiva com as suas características próprias, reforçar a divulgação e a promoção das informações sobre as actividades festivas para promover a sua cultura, elevar a imagem e o valor deste tipo de marca cultural, e reforçar a cooperação e o intercâmbio com o Interior da China e outros países e regiões, para aumentar a influência internacional de Macau e promover a sua diversificação dos recursos turísticos. Ao mesmo tempo, Macau deve integrar os recursos e as vantagens das actividades festivas nas outras indústrias, para criar um produto turístico completo e diversificado. Além de preservar a atmosfera tradicional, deve introduzir gradualmente elementos inovadores. Assim, pode combinar a tecnologia e a arte modernas para aumentar a interacção e a diversão das actividades festivas, e cooperar mais com sectores diferentes, para que as actividades sejam mais abrangentes e influenciadoras, mantendo o seu dinamismo e a sua vivacidade, e atraindo mais turistas do Interior da China e do estrangeiro a participarem e a experimentarem-nas, estimulando, através da coesão dos turistas nas festividades, o consumo cultural e o desenvolvimento das indústrias, promovendo, assim, a transformação de Macau num centro mundial de turismo e lazer.

IAOD do Deputado Cheung Kin Chung em 05.02.2024

Desenvolvimento da economia marítima e promoção do desenvolvimento diversificado e de alta qualidade da indústria do turismo e lazer

Em Macau, o espaço para o desenvolvimento tem sido limitado quer pelos recursos de solos quer pela área marítima. Após o retorno à Pátria, com o apoio do Governo Central, Macau construiu aterros para resolver eficazmente a falta de recursos de solos, e em 2015, o Governo Central autorizou a RAEM a gerir 85 quilómetros quadrados de áreas marítimas. Tratou-se, mais uma vez, duma medida importante para apoiar Macau no desenvolvimento socioeconómico com alta qualidade, e uma demonstração da superioridade do princípio “Um país, dois sistemas”. Segundo o Chefe do Executivo, Ho Iat Seng, o Governo Central delegou a gestão de 85 quilómetros quadrados de áreas marítimas à RAEM, proporcionando oportunidades e espaço para o desenvolvimento de Macau, portanto, o Governo da RAEM tem de chegar a um equilíbrio entre o aproveitamento científico dos mares e a conservação da ecologia marítima.

Para melhor gerir, aproveitar, desenvolver e proteger as áreas marítimas sob a jurisdição de Macau, o Governo está a promover activamente os trabalhos legislativos relativos a três regimes jurídicos: a “Lei de uso das áreas marítimas”, o “Plano das áreas marítimas” e o “Zoneamento marítimo funcional”, a fim de auscultar amplamente as opiniões e sugestões dos diversos sectores da sociedade. Com a implementação formal destes três regimes, serão proporcionadas, com certeza, mais oportunidades e maiores garantias para o desenvolvimento e a construção de Macau.

Com vista ao aproveitamento eficaz das áreas marítimas sob jurisdição de Macau, ao desenvolvimento da economia marítima e à promoção do desenvolvimento diversificado e de alta qualidade da indústria do turismo e lazer, apresento as quatro sugestões seguintes:

1. Desenvolver o turismo marítimo. A península de Macau e as ilhas da Taipa e de Coloane têm uma extensa orla marítima, que permite apreciar a paisagem pitoresca de cidade das ilhas, a linda paisagem natural das colinas, os edifícios de estilo europeu, os edifícios antigos de estilo chinês, a Torre de Macau, os luxuosos hotéis da moda, a ponte espectacular e as construções modernas de Hengqin. Ao cair da noite, a cidade está iluminada e colorida, portanto, ideal para o turismo marítimo. Há que apoiar e incentivar os operadores do sector do turismo e lazer a explorarem produtos turísticos marítimos, criarem condições para definir novos itinerários turísticos, criarem mais pontos de paragem em locais adequados, e ainda criarem passeios de barco “multi-destinos”, para promover o desenvolvimento diversificado e de alta qualidade do sector do turismo e lazer integrado.

2. Promover o desenvolvimento intersectorial entre o “Desporto marítimo + Turismo” e a “Cultura Marinha + Turismo”. As indústrias de convenções, exposições e comércio, e cultura e desporto assumem-se como uma das quatro indústrias que Macau está empenhada em desenvolver. Pode aproveitar-se as vantagens de Macau, isto é, a longa costa abrangida pela área marítima sob a sua administração, no sentido de estudar o desenvolvimento de desportos e competições adequados, em articulação com o objectivo de criar uma “Cidade do Desporto”, e ainda a sua rica cultura marinha, como a cultura da pesca, vila de pescadores, construção naval, etc., aproveitando-se, plenamente, o Templo de A-Má, o Farol da Guia, os Estaleiros Navais de Lai Chi Vun, etc., com o objectivo de indagar, revitalizar e conservar esta cultura, promovendo o desenvolvimento integrado da cultura e do turismo. Há que promover o desenvolvimento intersectorial entre o “Desporto marítimo + Turismo” e a “Cultura Marinha + Turismo”, explorando, dentro e fora do país, clientelas diversas, a fim de se produzirem maiores efeitos económicos.

3. Criar passeios marítimos multi-destinos. Macau tem de concretizar as suas vantagens em conjugação com os ricos recursos ecológicos e turísticos de Hengqin e Zhuhai, reforçando a cooperação turística entre Macau, Zona de Cooperação Aprofundada e Zhuhai, para a criação de roteiros marítimos com múltiplos destinos. Há que criar mais condições favoráveis e que apoiar e incentivar os sectores do turismo de Zhuhai e Macau a desenvolverem, conjuntamente, produtos turísticos, como roteiros marítimos transfronteiriços, em prol do desenvolvimento e benefícios recíprocos da economia turística de alta qualidade de Zhuhai e Macau.

4. Há que reforçar o tratamento das águas nas zonas costeiras, purificar a qualidade das águas, melhorar a ecologia marinha e embelezar a passagem costeira, por forma a aumentar a experiência dos turistas em relação ao turismo marítimo de lazer.

IAOD do Deputado Lam U Tou em 05.02.2024

Esclarecimentos sobre a fiscalização da segurança alimentar dos frangos frescos e sobre o futuro desenvolvimento do Matadouro

No dia 30 do mês passado, o IAM, sem qualquer informação prévia, veio repentinamente informar o sector da venda a retalho de aves de capoeira vivas, que ia realizar, no dia 31, uma sessão de esclarecimento sobre “frangos frescos”. No mesmo dia, foram publicadas as “Orientações higiénicas para a venda a retalho de frangos frescos” e anunciado o respectivo fornecimento a Macau, a partir do dia 2 de Fevereiro. Esta nova medida tão importante nunca foi apresentada, a sociedade nunca foi auscultada, e o Conselho Consultivo para os Assuntos Municipais, na conferência de imprensa do dia 30 do mês passado, também não divulgou nada.

A definição de "frango fresco" é a seguinte: após o abate, a temperatura no centro do corpo do frango diminui rapidamente para entre 10 e 15 graus Celsius, depois é transportado e guardado até à venda em equipamento cuja temperatura varia entre 0 e 4 graus Celsius, e o prazo de validade não pode ultrapassar as 24 horas. É de salientar que a venda de aves de capoeira está suspensa desde 1 de Maio de 2017, e que, em 2015, foi realizada uma consulta pública sobre a “substituição do abastecimento de aves de capoeira vivas por aves de capoeira refrigeradas”. Na altura, muitos operadores manifestaram o desejo de “abate e transporte imediato”, tal como acontece com os "frangos vivos", no entanto, o Governo recusou a ideia, alegou que era difícil garantir a segurança alimentar, por isso, desta vez, deu luz verde a uma empresa, e os outros operadores só foram “notificados” uns dias antes da implementação da medida. Isto levanta dúvidas.

O mais importante é que, na altura da consulta pública, os representantes do IACM afirmaram o seguinte: "o Interior da China está a promover o abate centralizado de galinhas e, após o abate, procede-se ao processo de arrefecimento (armazenamento entre 0 e 4 graus Celsius). Estes produtos são conhecidos no Interior da China como ‘francos frescos’ (em Macau chamam-se “galinhas frescas e congeladas”) ... mesmo que Macau venha a implementar o ‘abate centralizado’, o fornecimento será apenas de galinhas refrigeradas e não de galinhas temperadas”.

O IAM salientou que ia, através da coordenação entre Guangdong e Macau, acelerar o processo de passagem fronteiriça e de inspecção e quarentena, e que ia assegurar que o abate e a chegada dos frangos frescos ao posto fronteiriço de Macau acontecessem no mesmo dia, e a inspecção sanitária terminasse no prazo de uma hora e meia. No entanto, apenas se exige que a temperatura do centro do corpo do frango se mantenha entre 10 e 15 graus Celsius, portanto, não é possível conter o crescimento de bactérias. Então, como é que se pode assegurar a qualidade e a higiene dos frangos frescos? O Governo deve divulgar os resultados das análises efectuadas nas diferentes fases de conservação, com vista a garantir a segurança alimentar.

O contrato de concessão para a exploração do Matadouro de Macau, entre o Governo e o Matadouro de Macau, S.A., foi renovado por mais dois anos e termina no dia 4 de Junho deste ano. Já exortei várias vezes o Governo a rever, quanto antes, o posicionamento do desenvolvimento do Matadouro e a promover a liberalização do fornecimento de vacas e porcos vivos, mas, até ao momento, ainda nada se viu. O Matadouro de Macau entrou em funcionamento há 36 anos, mas só há uma linha de abate para vacas e porcos, os equipamentos estão velhos e desactualizados, e em 2022 só foram abatidos 280 porcos e 5 vacas por dia, com este último número a bater o recorde enquanto número mais baixo de sempre. Segundo alguns operadores do sector, a principal razão da baixa taxa de abates deve-se à falta de mão-de-obra, e segundo outros, como os equipamentos estão desactualizados, os trabalhadores não residentes que trabalhavam nesta área no Interior da China não sabem como utilizá-los, o que agrava ainda mais a falta de mão-de-obra!

De facto, já em 2002, o Ministério do Comércio cancelou as quotas para a exportação de carne refrigerada e congelada para Hong Kong e Macau, mas manteve as quotas anuais para as vacas e porcos vivos. Mais tarde, em 2007, o Governo de Hong Kong e o Ministério do Comércio chegaram a um consenso sobre o fornecimento de porcos vivos, os produtores de porcos de Hong Kong passaram a poder explorar pocilgas no Interior da China, e o número de agentes de Hong Kong aumentou para três. Pelo contrário, em Macau, a política de fornecimento de vacas e porcos vivos e as várias etapas de fornecimento têm-se mantido, o que não corresponde às necessidades do mercado, criando um círculo vicioso e afectando a estabilidade, a qualidade e a relação custo/benefício do fornecimento de vacas e porcos vivos.

Assim, apelo ao Governo para encarar a questão do desenvolvimento do Matadouro de Macau, aproveitando a ocasião da renovação do contrato para rever e definir o seu posicionamento e rumo de desenvolvimento, clarificando se os equipamentos vão ser actualizados e se vai continuar a haver abates em Macau, e apresentando os detalhes ao público o mais cedo possível. Além disso, o Governo deve seguir o exemplo de Hong Kong e negociar com o Ministério do Comércio, para liberalizar o mercado de fornecimento dos produtos alimentares frescos e vivos, e dialogar, quanto antes, com o sector e auscultar as suas opiniões, para definir atempadamente critérios claros e transparentes para o acesso ao mercado, atraindo assim novos operadores para as várias etapas e promovendo a concorrência, para não voltarem a repetir-se casos como o da importação de “frangos frescos”, que foi decidida antes de se dar conhecimento ao público e que deixou o sector com dúvidas e insatisfeito.

José Maria Pereira Coutinho

O direito de Petição enquanto direito fundamental dos cidadãos

A Assembleia Legislativa aprovou a Lei n.º 5/94/M que regula o exercício do Direito de Petição permitindo que qualquer Cidadão devidamente identificado, possa submeter junto das entidades oficiais uma Petição quando que sinta que os seus direitos e interesses individuais ou colectivos estejam a ser violados ou afectados ou mesmo quanto perante abusos de autoridade.

Por exemplo, se a entidade destinatária da Petição seja esta Assembleia Legislativa (AL) ela tem o dever de receber e examinar com todo o cuidado o conteúdo descrito na Petição, incluindo se for necessário que a Petição seja analisada pelo plenário desta AL nos termos do artigo 18.º do supracitado diploma legal.

A bem da transparência desta “Casa do Povo” recebidas as Petições estas tornam-se documentos públicos devendo ser publicitadas na respectiva página electrónica e na coluna de trabalho legislativo. O Senhor Presidente da Assembleia Legislativa, por sua iniciativa ou sob proposta da Comissão, pode decidir sobre a publicação das Petições, na íntegra, no Diário da Assembleia Legislativa incluindo os relatórios relativos às Petições.

Normalmente, as Petições enviadas à AL são dirigidas ao Senhor Presidente que remete a uma das suas três Comissões ou a uma Comissão especialmente constituída para o efeito. Esta Comissão tem o dever e a obrigação de examinar o conteúdo da Petição e de esclarecer o peticionante o conteúdo dos assuntos que tenha colocado em causa ou em dúvida como obriga a alínea i) do artigo 13.º da Lei n.º 5/94/M.

A Comissão dispõe de poderes legais de ouvir o peticionante ou os peticionantes, pode solicitar depoimentos de quaisquer pessoas e requerer e obter informações e documentos dos órgãos de Governo ou de quaisquer entidades públicas ou privadas, sem prejuízo do disposto na lei

sobre segredo de justiça e sigilo profissional, podendo solicitar à Administração Pública as diligências que se mostrem necessárias como reza o número 1 do artigo 15.º da referida lei. Ou seja, qualquer Comissão que tenha nas mãos uma Petição, tem um importante dever e uma importante obrigação de fazer um exaustivo exame de toda a matéria constante na Petição no uso dos poderes da Comissão constante nos artigos 15.º e 16.º da referida lei.

Somente após o exame minucioso do conteúdo da Petição e dos respectivos elementos de instrução pode esta Comissão sugerir que sejam tomadas uma ou algumas das cinco opções constantes do artigo 14.º do referido diploma legal nomeadamente para que sejam tomadas as devidas providências para informar as autoridades competentes, sejam corrigidos seus actos ou mesmo solicitar que sejam instaurados os respectivos processos civis, disciplinares ou mesmo penais caso estejamos perante uma afronta a direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos ou perante uma ilegalidade ou abuso de poderes públicos.

O silêncio aos factos denunciados pelo peticionante e o não exame da matéria exposta na Petição a nosso ver é totalmente inadmissível e constitui igualmente uma violação dos direitos fundamentais do Peticionante à justiça pretendida.

IAOD do Deputado Che Sai Wang em 05.02.2024

Explorar, de forma activa, o método de “win-win” para o desenvolvimento da cidade turística

Com a melhoria contínua da atmosfera turística de Macau, os concertos são uma das actividades de entretenimento mais populares da sociedade actual, e Macau está a receber um grande número de visitantes. Mas, quando estes concertos se realizam numa zona de alta densidade habitacional, os residentes que têm de suportar um ambiente barulhento não ficam muito entusiasmados. A actuação de um popular grupo masculino coreano no Estádio de Macau tornou-se um tema “quente” nos últimos dias. O nosso escritório recebeu muitas queixas de moradores que, uma semana antes do espectáculo, foram forçados a “mergulhar” na poluição sonora. Uma vez que o local é ao ar livre, quer a montagem do palco antes do espectáculo, quer o ruído produzido durante os ensaios, afectaram mais de dez edifícios vizinhos. Os moradores afirmaram que “tanto a casa como os vidros das janelas estavam a tremer”, por isso, mesmo que fechassem as janelas ou usassem isolamento acústico, era inútil. No período nocturno, a altas horas da noite e até às três da manhã, durante o sono, havia sempre barulho.

Por outro lado, muitos cibernautas duvidam da eficácia da Lei do Ruído, achando que as autoridades “podem ignorar a lei, mas com o cidadão comum não é assim” e que a gestão deste incidente foi facilitada, sem terem procedido a uma inspecção rigorosa nem à aplicação de sanções. Ao mesmo tempo, a fim de assegurar o sucesso do espectáculo, as autoridades bloquearam as vias públicas e procederam ao controlo provisório do trânsito nas zonas do Estádio e da Rua do Cunha, o que levou ao encerramento antecipado de muitos lugares de estacionamento e à suspensão do funcionamento de várias paragens de autocarros. Mais, algumas ruas e passagens superiores foram temporariamente encerradas ao trânsito; foi implementada a medida de não tomada e largada de passageiros na estação do Estádio do Metro Ligeiro, que é como se fosse “o encerramento de metade das zonas relacionadas com a vida da população na Taipa”, o que constituiu um grande inconveniente para os moradores e afectou gravemente a sua vida normal.

Em articulação com as actividades organizadas por entidades privadas, o Governo deve compreender as necessidades da população. Qualquer cidade turística enfrenta um problema, isto é, como equilibrar o turismo, as actividades culturais e recreativas, e as necessidades quotidianas da população. Assim, é necessário que o Governo se empenhe na comunicação e nos pormenores dos serviços entre a população e as entidades organizadoras de actividades, para conseguir obter o apoio e a tolerância da população, de modo a reduzir ao máximo os factores negativos que afectam a sua vida quotidiana.

Primeiro, aquando da apreciação e autorização dos pedidos para a realização de espectáculos de grande envergadura e escolha do local, o Governo deve ter em

conta o impacto que as actividades e os trabalhos preparatórios possam ter nos moradores que vivem nas proximidades e apresentar à entidade organizadora algumas sugestões de outros locais adequados. Segundo, deve elaborar um plano de gestão do trânsito que facilite a deslocação dos residentes e, ao mesmo tempo, ofereça meios de transporte mais rápidos para os participantes que vêm de longe. Terceiro, deve comunicar com as entidades organizadoras, fazer com antecedência uma previsão sobre o fluxo de pessoas e definir o respectivo plano de contingência; caso se realizem actividades diferentes no mesmo recinto, e deve ainda preparar um plano de trânsito conveniente, evacuando as pessoas o mais rápido possível e reduzindo a concentração. Quarto, empenhar-se na criação de um bom mecanismo de comunicação com as pessoas, mantendo uma boa comunicação com os cidadãos e respondendo activamente às suas solicitações e queixas, a fim de garantir que as actividades não constituam um peso excessivo na vida das gentes de Macau, e de alcançar o objectivo de um bom equilíbrio dinâmico, isto é, não prejudicar a vida quotidiana dos cidadãos, alargando as fontes de clientes dos estabelecimentos comerciais de Macau, e ainda reforçando a designação de Macau enquanto “cidade turística” e “cidade de espectáculos”.

IAOD da Deputada Lo Choi In em 05.02.2024

Em conjunto com a Grande Baía, promover a economia e criar oportunidades de emprego para responder às necessidades de desenvolvimento, e seguir o caminho do País na protecção do ambiente ecológico marinho

O desenvolvimento da diversificação adequada da economia já é discutido há mais de 20 anos, mas, na prática, Macau enfrenta muitas limitações e desafios decorrentes da oferta de terrenos. Face a isto, o País tem dado forte apoio a Macau, isto é, concedeu-lhe um vasto espaço de desenvolvimento - a Zona de Cooperação Aprofundada e, ainda, as áreas marítimas de 85 km² para gestão e desenvolvimento, contribuindo para a diversificação da economia local.

É sabido que os aterros causam necessariamente certos danos ao ambiente ecológico marinho e as áreas marítimas em causa são *habitats* de golfinhos brancos chineses, animais nacionais protegidos de primeira classe. O desenvolvimento é uma regra absoluta, mas a sociedade não quer pagar os elevados custos ecológicos só em troca da chamada “ilha ecológica”, que, na realidade, é um aterro para resíduos de construção sem ter nada a ver com a protecção do ambiente ecológico.

Os terrenos, os oceanos e os recursos ecológicos são recursos preciosos que o País nos concede, portanto, um governo responsável deve encontrar um ponto de equilíbrio entre o desenvolvimento e a preservação, e, caso seja necessário sacrificar o ambiente ecológico, deve ainda garantir o seu melhor aproveitamento para atingir a meta da diversificação económica e garantir às próximas gerações o desenvolvimento sustentável do ambiente ecológico.

A capacidade do aterro de Macau está quase a esgotar-se, mas o que precisamos não é de um novo aterro que destrua o ambiente ecológico, mas, sim, de novas tecnologias de energia renovável. De facto, em todo o mundo, a reciclagem de resíduos de materiais de construção já é uma tendência e, em Hong Kong, e mesmo em todo o país, as respectivas tecnologias já estão maduras, sendo que muitas empresas já dominam estas tecnologias e possuem muitas patentes e, através da recolha de resíduos de materiais de construção e da sua classificação eficaz, os mesmos são transformados em novos materiais de construção e utilizados em diversas obras públicas e construções. A construção verde dá lugar ao desenvolvimento do mercado financeiro verde e de novos sectores económicos, criando valor comercial e muitos postos de trabalho, contribuindo para a protecção ambiental, a conservação energética, a redução de emissões e o desenvolvimento sustentável do ambiente ecológico, articulando-se com o objectivo de neutralidade de carbono do País. Na verdade, as referidas tecnologias são suficientes para resolver, a longo prazo, as questões relacionadas com os resíduos de materiais de construção, e o Governo deve maximizar o seu aproveitamento ao desenvolver estas tecnologias. Por exemplo, deve apoiar o

desenvolvimento de empresas locais de energia renovável ou construir crematórios e instalações forenses, entre outras instalações indispensáveis para a vida da população, a fim de promover a diversificação da economia e o investimento e, ao mesmo tempo, aumentar os postos de trabalho, resolvendo assim as necessidades básicas da sociedade.

Seguindo a mesma lógica, Macau, enquanto importante cidade impulsionadora da Grande Baía, não pode ser conservadora no que toca à diversificação da economia, tem, sim, de seguir o ritmo de desenvolvimento do País, cooperar com as outras cidades vizinhas, aproveitar as vantagens do sistema da RAEM e introduzir tecnologias e recursos avançados da Grande Baía, tratando-se da única saída para a diversificação económica. A dimensão da economia do País é enorme e só na província de Guangdong existem dezenas de milhares de empresas de alta e nova tecnologia a nível nacional. Se for possível, através de mais políticas favoráveis e inclusivas, atrair empresas e capitais para Macau, liderando as empresas locais no desenvolvimento em conjunto, isto certamente ia criar um “blue ocean market” e novos postos de trabalho para Macau, tornando-se assim numa plataforma crucial para a “atração de capitais para Macau e a expansão das empresas para o exterior”.

O Presidente Xi Jinping afirmou que “há que reforçar a prevenção e o controlo da poluição do mar, proteger a biodiversidade marinha, concretizar a exploração e o aproveitamento ordenado dos recursos marinhos e deixar um céu azul sobre o mar azul para as gerações vindouras”.

Assim, apelo ao Governo da RAEM e aos serviços competentes para que, aquando do desenvolvimento e planeamento das áreas marítimas, cumpram rigorosamente os princípios e as disposições da Lei de bases da sua gestão:

1. Garantir a conformidade da exploração e do aproveitamento das áreas marítimas com o interesse geral nacional e os interesses relativos ao desenvolvimento a longo prazo da RAEM;
2. Promover a diversificação adequada e o desenvolvimento sustentável da economia; e
3. Proteger o meio ecológico das áreas marítimas.

IAOD do Deputado Chan Hou Seng em 05.02.2024

Reforçar o sentimento de felicidade ao lidar com as questões ligadas à vida da população

“O desejo da população de uma vida melhor é o objectivo do nosso esforço”, um *slogan* que reflecte, de forma abrangente, a atitude do Presidente Xi Jinping de governar para o povo e que tem sido amplamente divulgado na China. Na Festa da Primavera oferecida pelo Gabinete de Ligação do Governo Popular Central na RAEM, Zheng Xincong, Vice-Director do Gabinete para os Assuntos de Hong Kong e Macau do Conselho de Estado e Director do Gabinete de Ligação do Governo Popular Central em Macau, e o Chefe do Executivo, Ho Iat Seng, salientaram também, nos seus discursos, a necessidade de reforçar os sentimentos de felicidade, obtenção e segurança dos residentes, o que é uma resposta inequívoca ao desejo dos residentes de Macau de terem uma vida melhor.

Como aumentar os sentimentos de felicidade, obtenção e segurança dos residentes? De um ponto de vista psicológico, cada um dos três tem a sua própria ênfase, que se resume a percepções espirituais e materiais, e podem ser considerados sob três aspectos: auto-realização, relações interpessoais e ambiente social.

Em termos de auto-realização, o Governo formulou o primeiro Plano de desenvolvimento diversificado “1+4” para o planeamento sistemático do desenvolvimento económico. A Zona de Cooperação Aprofundada e a Grande Baía proporcionam um amplo espaço de desenvolvimento, oferecendo novas oportunidades aos residentes de Macau, especialmente aos jovens, para o seu desenvolvimento profissional e a sua integração na conjuntura do desenvolvimento nacional.

Em termos de relações interpessoais, defende-se a importância da educação familiar, dá-se ênfase à assistência mútua na comunidade, à comunicação racional, ao respeito mútuo e a um sentimento de harmonia e solidariedade em Macau.

No âmbito do ambiente social, aperfeiçoou-se o regime jurídico de defesa da segurança do Estado e o seu mecanismo de execução, e registou-se um bom estado de segurança em Macau. Também a facilitação da vida da população é um assunto muito importante, por exemplo, isso aconteceu com a simplificação do processo de requerimento das quotas de “circulação de veículos de Macau na província de Guangdong”; e com o sistema dos parques de estacionamento, que passou a aceitar várias modalidades de pagamento, mas, se se adoptar a unidade de 15 minutos para o cálculo das tarifas para aumentar a rotatividade, crê-se que o estacionamento vai ser ainda mais fácil; o aproveitamento mútuo das vantagens entre a Grande Baía e Macau, e dos recursos de aviação civil das regiões vizinhas, e a optimização das ligações de transporte permitiram chegar directamente ao aeroporto e os residentes têm mais opções de voo e, no final, a vida ficou mais

facilitada; o transporte ferroviário é confortável, rápido e eficaz para redireccionar o fluxo de pessoas depois de grandes eventos e actividades, e contribuiu para satisfazer as necessidades de deslocação das pessoas e resolver os problemas de correspondência entre meios de transporte; e o sistema pedonal estabeleceu ligações às diversas zonas, o que também facilitou a vida da população. Todos estes exemplos estão relacionados com a vida da população, por isso são importantes. Assim, os residentes sentem que viver em Macau é fácil, o que também é um sinal de felicidade, pertença e segurança.

Os seres humanos são animais que possuem características especiais. Os animais gostam de habitar perto da água e da erva, por isso temos de aplicar mais esforços para construir uma cidade propícia para habitar, reforçar a segurança geral, facilitar a vida da população e fazer um esforço no desenvolvimento da cooperação regional, para aumentar a nossa competitividade. A fim de satisfazer as novas necessidades da população em termos de qualidade de vida, são muitas as formas e os caminhos para implementar as medidas relacionadas com a sua vida, por isso, apelo aos dirigentes dos serviços públicos para que assumam bem a sua missão, conheçam bem a situação social e as opiniões da população, reforcem a coordenação e a definição das políticas e, ao definir as medidas para a prestação de serviços, escolham o método mais eficaz que melhor corresponda aos interesses gerais da sociedade e à intensificação do sentimento real de felicidade e de segurança, e recorram aos novos frutos para responder às exigências do trabalho do Chefe do Executivo e do Director Zheng.